



CARLA SOFIA
PIRES NUNES
PEREIRA
BONACHO

**Impacto da pandemia COVID-19 na
capacidade económica e financeira
das organizações: O caso da
Economia Social**

Relatório de Dissertação de investigação do
Mestrado em Contabilidade e Finanças

ORIENTADOR

Professora Adjunta Convidada, Márcia Rafaela Cadete dos Santos

COORIENTADOR

Professora Coordenadora, Sandra Cristina Dias Nunes

Julho, 2022

CARLA SOFIA
PIRES NUNES
PEREIRA
BONACHO

**Impacto da pandemia COVID-19 na
capacidade económica e financeira
das organizações: O caso da
Economia Social**

JÚRI

Presidente: Professor Adjunto, Francisco José Mendes Leote,
Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Ciências
Empresariais

Orientador: Professora Adjunta Convidada, Márcia Rafaela Cadete
dos Santos, Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de
Ciências Empresariais

Arguente: Assistente Convidada, Vanda Patrícia da Costa Martins,
Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Ciências
Empresariais.

Julho, 2022

Agradecimentos

Quando abracei este projeto sabia que a dissertação representaria um enorme desafio para mim. Vinha preparada para uma longa viagem, com muitas paragens, muitos recuos e poucos avanços, mas também para um processo bastante solitário.

Hoje posso afirmar, que embora todo o processo seja realmente solitário, existe sempre um grande suporte e muitos contributos que o tornam possível de realizar. Trilhar este percurso só foi possível porque tive a colaboração de diversas pessoas a quem devo o meu agradecimento.

À professora Márcia Santos, por me ter sugerido este projeto, pelo apoio e sabedoria que me transmitiu e toda a disponibilidade ao longo dos meses, que representaram um pilar essencial para que este trabalho fosse possível. Sem o seu apoio, desde o dia em que precisei de ser ouvida, é provável que esta dissertação não estivesse hoje concluída.

Um agradecimento especial à Professora Sandra Nunes, pela disponibilidade na colaboração, sempre que por mim foi solicitada, no âmbito do tratamento de dados no SPSS. A sua larga experiência, profunda capacidade de comunicação e transmissão de conhecimentos foram essenciais.

Aos meus sogros, que são os meus anjos da guarda, e cujo apoio incondicional torna os meus sonhos possíveis de realizar. Eles são os primeiros a acreditar em mim e no meu potencial.

Ao meu esposo e à minha filha, por todo o apoio e compreensão com que aceitaram este meu sonho, sei que lhes retirei muitas horas da minha presença, mas mesmo assim, eles sempre apoiaram e incentivaram para que o concretizasse. Foram eles que sempre me ouviram, apoiaram e que nos momentos de desânimo me puxaram para cima.

Por último, mas não menos importante, uma palavra de agradecimento à minha colega do Mestrado Rafaela Pardete, que esteve sempre disponível para me ouvir e cujo apoio e amizade estiveram presentes em todos os momentos.

Resumo

Mais do que uma crise sanitária, a pandemia COVID-19 expôs o mundo a uma crise económica e humanitária. Todos os governos se depararam com dificuldades em conter a progressão do vírus, fornecer os cuidados de saúde adequados e em criar medidas de apoio às instituições públicas e privadas.

Portugal não foi exceção e criou pacotes de medidas de apoio, financeiras e não financeiras. Mas será que estas medidas chegaram a todas as Instituições? Será que foram suficientes para que as organizações da Economia social conseguissem cumprir a sua missão numa altura de maior procura?

Este estudo pretende analisar o impacto financeiro da pandemia nas organizações da Economia Social. Para responder à questão em investigação serão analisados os dados previamente recolhidos, por um grupo de investigadores do Instituto Politécnico de Setúbal, através de inquérito realizado online a 944 Organizações da Economia Social de todo o território nacional.

Constatou-se que, apesar das medidas criadas pelo estado, as Organizações da Economia Social sofreram um grande impacto financeiro durante o segundo confinamento. Muitas das Organizações da Economia Social viram as suas receitas serem reduzidas o que levou à redução ou encerramento de atividades. Foi possível ainda apurar que a maioria das Organizações da Economia Social, mantém uma forte dependência financeira do Estado e fraca diversificação de fontes de financiamento.

Palavras-chave: Economia Social, Organizações de Economia Social, COVID – 19, Sustentabilidade

Abstract

More than a health crisis, the COVID-19 pandemic exposed the world to an economic and humanitarian crisis. All governments have faced difficulties in containing the spread of the virus, providing adequate healthcare and creating support measures for public and private institutions.

Portugal was no exception and created packages of support measures, both financial and non-financial. But have these measures reached all the Institutions? Were they enough for social economy organizations to be able to fulfil their mission at a time of greater demand?

This study aims to analyse the financial impact of the Pandemic on Social Economy organizations. To answer the question under investigation, the data previously collected will be analysed by a group of researchers from the Polytechnic Institute of Setúbal, through an online survey carried out with 944 Social Economy Organizations, from all over the national territory will be analysed.

It was found that despite the measures created by the state, the Social Economy Organizations suffered a great financial impact during the second confinement. Many Social Economy Organizations saw their revenues reduced, which led to the reduction or closure of activities. It was also possible to verify that most HEOs maintain a strong financial dependence on the state and weak diversification of funding sources.

Keywords: Social Economy, Social Economy Organizations, COVID – 19, Sustainability.

Abreviaturas

CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social;

CESE – Comité Económico e Social Europeu;

CIRIEC – Centre International de Recherches et Informations de l'Économie Publique, social et Cooperative;

ES – Economia Social;

EUA – Estados Unidos da América;

INE – Instituto Nacional de Estatística;

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade;

OBSEP - Observatório da Economia Social em Portugal;

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico;

OES – Organizações da Economia Social;

SPSS - Statistical Package for the Social Sciences;

VAB – Valor Acrescentado Bruto.

Índice

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	ii
Abstract	iii
Abreviaturas	iv
1. Introdução	1
1.1 Justificação do tema.....	1
1.2 Objetivo geral de Investigação	2
1.3 Objetivos específicos.....	3
1.4 Estrutura do projeto de investigação	3
2. Revisão de Literatura	5
2.1 Economia Social - Enquadramento	5
2.1.1 História da Economia Social em Portugal	6
2.1.2 Economia Social na Europa	8
2.1.3 Impacto da Economia Social em Portugal	12
2.2 Sustentabilidade Financeira das Organizações Economia Social.....	14
2.3 O impacto das crises na Economia Social	16
3. Metodologia	18
3.1 Objetivos da Investigação.....	18
3.2 Epistemologia do estudo.....	19
3.3 Técnicas e Procedimentos de Recolha de Dados.....	19
4. Resultados e Discussão	23
4.1 Caracterização da Amostra.....	23
4.2 Resultados.....	27
4.2.1 Situação financeira e capacidade de manutenção (Objetivo 1).....	27
4.2.2 Influência das fontes de financiamento na continuação da atividade (Objetivo 2) .	33
4.2.3 Estratégias para a manutenção dos recursos económicos (Objetivo 3)	37

4.2.4 A profissionalização como apoio à sustentabilidade (Objetivo 4).....	37
4.3 Discussão dos Resultados.....	39
5. Conclusões	43
5.1 Contributos	44
5.1.1 Contributos para a teoria.....	44
5.1.2 Contributos para as políticas públicas.....	45
5.1.3 Contributos para os profissionais.....	45
5.2 Limitações do Estudo	46
5.3 Oportunidades de investigação futura	47
Bibliografia.....	48
Anexos.....	54
Anexo 1 – Questionário enviado às OES	54
Anexo 2 – Quadro de questões e tipo de dados.....	61
Anexo 3 - Respostas Analisadas de acordo com Objetivo	62

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Estrutura de Receitas ES na Europa - 2014	11
Gráfico 2- Estrutura de Receitas por regiões da Europa	11
Gráfico 3 -- Peso da ES na Economia Nacional (VAB)	14
Gráfico 4 - Peso das Fontes de Financiamento: Portugal, Espanha e Itália	15
Gráfico 5 - Distrito de Atividade das OES	24
Gráfico 6 - Anos em Atividade das OES	24
Gráfico 7- Forma Legal das OES	25
Gráfico 8 - Estatuto IPSS	25
Gráfico 9- Área de Atuação	26
Gráfico 10 - Estrutura de Financiamento	27
Gráfico 11 - Nível de Receitas	28
Gráfico 12 - Nível de Despesas	28
Gráfico 13 - Condição Financeira para manter a atividade (próximos 3 meses)	29
Gráfico 14 - Condição Financeira para pagar as Remunerações por completo	30
Gráfico 15 - Condição Financeira para manter os Postos de Trabalho	30
Gráfico 16 - Condição Financeira para honrar todos os compromissos	31
Gráfico 17 - Recebimento de Apoio Financeiro Extraordinário de alguma Entidade	31
Gráfico 18 - Recurso a Apoio Extraordinário	32
Gráfico 19 -Variação do Nº de Utentes Apoiados	32
Gráfico 20 - Capacidade para Continuar a Atividade	33
Gráfico 21 - Relação Entre a Estrutura de Financiamento e a Capacidade de manter a atividade	34
Gráfico 22 - Fontes de Financiamento	35
Gráfico 23 - Capacidade para retoma da atividade em 2022 no mesmo nível anterior à Pandemia	36
Gráfico 24- Dificuldade de Comunicação com Entidades	36
Gráfico 25 - Novas Estratégias adotadas pelas OES	37
Gráfico 26 - Áreas de Formação mais relevantes para OES	38
Gráfico 27 - Necessidade de Formação versus Início da Pandemia	38

Índice de Tabelas

Tabela 1- % de Emprego remunerado na economia social em comparação com o emprego remunerado total.....	10
Tabela 2 - Número de Organizações da Economia Social - 2016.....	13
Tabela 3 - Tipos de Variáveis. Estatística Descritiva.....	21
Tabela 4 - Tipos de representação gráfica.....	21
Tabela 5 – N.º de Empregados versus N.º de Voluntários	26

Índice de Figuras

Figura 1 - Teste Qui-Quadrado	34
-------------------------------------	----

Índice de Diagrama

Diagrama 1 - Calendário de Recolha e Tratamento Dados	20
---	----

1. Introdução

No presente capítulo será dado a conhecer o tema da investigação e o motivo da escolha, suportado pela literatura revista. Seguidamente será apresentado o objetivo geral da investigação e os objetivos específicos. Por último será descrita a estrutura da presente dissertação.

1.1 Justificação do tema

A Economia Social (ES) faz parte da organização social, económica e política de um país. A ES compreende um conjunto de organizações que realizam diversas atividades, prosseguem diferentes objetivos, bem como apresentam públicos-alvo, dimensão e estruturas distintas entre si (Andrade e Franco, 2007).

O Observatório da Economia Social Portuguesa (2011) define as organizações da ES como entidades cujo objetivo é colmatar necessidades sociais, promover a equidade e coesão social bem como combater qualquer forma “*de exclusão*”.

Em 2015 existiam em Portugal 215.963 empregos remunerados em entidades da ES, o que representava 5% do total de emprego remunerado em Portugal (CIRIEC, 2017). O estudo publicado em 2019 pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em colaboração com a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), intitulado “Conta Satélite da Economia Social – 2016” verificou que as 71.885 entidades existentes em 2016 na ES conseguiram gerar 3% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) nacional.

A Assembleia da República (2013) no artigo 4.º da Lei n.º 30/2013, Lei de Bases da Economia Social, identifica as entidades que integram a ES em Portugal, e entre elas constam as cooperativas, as associações mutualistas, as misericórdias, as fundações e as instituições particulares de solidariedade social não abrangidas na classificação anterior, entre outras entidades.

Através da consulta ao relatório elaborado pelo CIRIEC em 2017 solicitado pelo Comité Económico e Social Europeu, podemos verificar a relevância que esta economia tem e o impacto que representa, não só em Portugal, mas em toda a União Europeia. A ES na Europa garante 13,6 milhões de empregos remunerados, equivalente a 6,3% da população dos 28 estados-membros da EU e contempla mais de 82,8 milhões de voluntários.

Apesar de todo o contributo que a ES tem para a economia, esta ainda se encontra muito dependente de financiamento por parte do estado (Lipsky e Smith, 1989; Salamon et al., 2005).

A pandemia COVID-19 trouxe uma crise de saúde pública devido à rápida propagação do vírus SarS-Cov-2 que obrigou os países a implementarem medidas de contenção. Estas medidas passaram pelo encerramento ao público de diversos estabelecimentos, escolas e universidades entre outros estabelecimentos e tinham como objetivo mitigar a propagação do vírus, mas em contrapartida contribuíram para a perturbação da economia (Barrot et al., 2020). O impacto foi sentido de uma forma desproporcional nas classes mais baixas e nos trabalhadores não especializados com rendimentos mais baixos (Gates, 2020).

Em Portugal vários setores foram afetados pela crise económica, social e de saúde pública decorrentes da pandemia COVID-19 (Oliveira et al., 2021; Caldas et al., 2020). As organizações da ES não foram exceção embora a real dimensão desses impactos neste setor em particular esteja ainda por conhecer. Nesse sentido é importante o conhecimento e aprofundamento desse impacto para que as organizações possam desenvolver estratégias que lhes permitam superar possíveis crises futuras (Santos e Laureano, 2021).

1.2 Objetivo geral de Investigação

Durante a pandemia COVID-19, as organizações da ES têm sido particularmente afetadas, na medida em que o aumento do desemprego, devido ao encerramento dos estabelecimentos comerciais, decretado pelos governos dos diferentes países como medida de contenção da propagação do vírus, criou uma situação grave ao nível social, levando que mais pessoas com dificuldades económicas se dirigissem a estas organizações à procura de ajuda (Deitrick et al., 2020). Por outro lado, as questões de saúde e receio de transmissão do vírus terão levado a uma falta de recursos humanos nestas organizações, que muitas vezes dependem de voluntariado para se manterem em funcionamento (Santos et al., 2021).

Sendo certo que esta situação já é assinalada por técnicos que trabalham neste setor, poucos são os estudos que trazem resultados científicos sobre a situação no mundo e, em particular, em Portugal sobre a real dimensão dos desafios enfrentados pela ES nesta pandemia, que segundo especialistas da área da saúde ainda está para durar. Destes estudos, nenhum aborda o impacto financeiro no setor e da sua capacidade de manter a atividade decorrente do segundo confinamento geral decretado em Portugal no início de 2020, na sequência de uma segunda grande vaga de casos de doença COVID-19. Um estudo deste segundo momento é ainda mais

importante porque permitirá comparar como estas organizações geriram os desafios deste segundo confinamento e como estas organizações e o Estado se prepararam para melhor resistir após o primeiro confinamento, em relação ao qual um estudo sobre a realidade portuguesa foi publicado, em 2021, pelos autores Santos et al. (2021).

Em face desta lacuna no conhecimento e dos contributos que a academia pode trazer, o presente estudo tem como objetivo geral de investigação compreender, no contexto do segundo confinamento, o impacto das medidas inerentes à pandemia COVID-19 na capacidade financeira e económica das organizações da ES em Portugal.

1.3 Objetivos específicos

Decorrente do objetivo geral de investigação formulado, procura-se compreender o nível da capacidade financeira destas organizações, os recursos económicos de que dispõem (humanos e materiais), bem como as estratégias adotadas para salvaguardar a continuidade da sua atividade, no decorrer e após o segundo confinamento em Portugal.

Assim, os objetivos específicos desta investigação são:

- Objetivo 1: Caracterizar a situação financeira das organizações e a sua capacidade de se manter em atividade;
- Objetivo 2: Perceber se há relação entre as fontes de financiamento das organizações e a sua capacidade de manter a atividade;
 - Hipótese: quanto maior o peso do Estado, maior tendência para a organização ter capacidade de manter a atividade.
- Objetivo 3: Identificar as estratégias que mais contribuíram para a manutenção dos recursos económicos necessários à prossecução da atividade destas;
- Objetivo 4: Identificar lacunas na profissionalização financeira e contabilística dos trabalhadores destas organizações que possam contribuir para a sustentabilidade deste setor.

1.4 Estrutura do projeto de investigação

A presente dissertação está estruturada em 5 capítulos. O primeiro capítulo inclui a atual introdução, onde é feita a justificação da escolha do tema e o objetivo geral proposto, bem como, os objetivos específicos, as contribuições para a literatura e a atual estrutura do projeto.

O segundo capítulo corresponde à revisão da literatura e abrange a caracterização da ES e onde serão apresentadas a história e importância deste setor, incluindo a realidade específica vivida em Portugal. Ainda neste capítulo é feito o levantamento de estudos que endereçam os desafios particulares destas organizações, face a outros setores da economia, bem como os desafios enfrentados em anteriores crises e as estratégias aí utilizadas para os enfrentar.

No terceiro capítulo são apresentados os objetivos da investigação, fundamentada com as lacunas existentes na literatura e o contributo que se espera obter. Ainda neste capítulo é dada a conhecer a metodologia utilizada, com a respetiva justificação das escolhas efetuadas.

No quarto capítulo são descritos os resultados obtidos que incluem a caracterização da amostra e os resultados obtidos na análise multivariada de dados. Neste capítulo será também efetuada a discussão dos resultados obtidos.

Por último o quinto capítulo, intitulado Conclusão, serão apresentados os contributos para a literatura, profissionais do setor e políticas públicas. Revela ainda as limitações da presente investigação e as oportunidades de investigação futura.

2. Revisão de Literatura

Neste capítulo será apresentada a revisão de literatura que serve de suporte a esta investigação, nomeadamente os conceitos e origem da ES, a importância que a mesma representa na Europa e em especial em Portugal. Neste capítulo será ainda analisada a forma como estas organizações asseguram a sua sustentabilidade financeira.

2.1 Economia Social - Enquadramento

Existe atualmente um vasto conjunto de termos que são utilizados, não só em Portugal, mas também no resto do mundo, para fazer referência ao conjunto das várias organizações que não pertencem ao setor público e ao setor empresarial. Este setor e as organizações que o compõem são referidas, por exemplo, como Organizações Sem Fins Lucrativos, Terceiro setor, Setor não lucrativo, Setor sem fins lucrativos, ES, Economia solidária, Organizações não governamentais, ou Organizações da sociedade civil (Andrade e Franco, 2007). Caeiro (2008) defende que o termo ES apresenta um conjunto de características que permite enquadrar estas organizações de acordo com os seus atributos próprios. Segundo o mesmo autor a ES encontra a sua razão de existência entre as ações que o Estado não executa e as que a economia privada considera não serem lucrativas, ao serem realizadas. Para Ferreira (2009), a ES pressupõe uma democracia económica onde os princípios da igualdade e da solidariedade prevalecem.

Nesta investigação é usado o termo ES, por ser o termo que os autores Franco et al. (2005) e Andrade e Franco (2007) referem ser o mais amplamente utilizado na Europa e habitualmente usado em Portugal, e que é aliás aplicado na lei de bases que rege o quadro legal deste setor em Portugal.

Embora o termo de ES tenha surgido no século XIX em França é no decorrer do século XX que são atribuídos os primeiros enquadramentos legais e onde começa a emergir a perceção do contributo que este setor concede para a redução de desigualdades sociais e para a diminuição de situações de carência (Quintão, 2004).

No seu livro intitulado “A Economia Social”, (Jeantet, 2009, p.47) menciona que a ES é “*a filha da necessidade*” e tem na sua estrutura alguns princípios que devem ser seguidos, nomeadamente, a solidariedade, a promoção da equidade social e a fomentação da inserção social de todos os indivíduos, de acordo com as suas características e necessidades. O Observatório da Economia Social Portuguesa (2011) refere que as organizações da ES,

justificam a sua existência pela necessidade de promoção da coesão social, combate à exclusão e na supressão de falhas existentes nos restantes setores da economia. O mesmo observatório refere que apesar das diferenças existentes entre as organizações é necessário que todas apresentem preocupação com os indivíduos e foco primordial nos aspetos sociais.

Muito embora existam diversas definições de ES, comumente referem-se a organizações que atuam na base da solidariedade fornecendo bens e serviços públicos (Franco et al., 2005). Os autores Salamon e Sokolowski (2016) definem 5 características que estas organizações devem possuir:

- a) Organizações que envolvam um grupo de pessoas com objetivos comuns a médio/ longo prazo;
- b) Embora possam atuar em estreita relação com o Estado não são controlados pelo mesmo;
- c) Possuir algum grau de autonomia para gerir as atividades, missões e objetivos da organização;
- d) Participação de forma voluntária;
- e) São impedidas de efetuar qualquer distribuição de lucros.

As organizações que compõem a ES realizam atividades abrangentes que são transversais a vários grupos sociais. Estas organizações encontram-se estruturadas para que o resultado da sua atividade não seja a obtenção de lucro mas sim fornecer um contributo social útil, abrangendo valências como a educação, saúde, cultura, desporto, assistência social, entre outras (Hespanha e Santos, 2016; Garrido, 2017).

2.1.1 História da Economia Social em Portugal

Estivill (2017) refere que a história da ES em Portugal remonta ao século XII com o início das confrarias leigas e eclesíásticas, as mútuas de fado e os celeiros comuns. Outro autor refere que a da ES em Portugal remonta ao século XV durante o reinado da Rainha D. Leonor, fundadora da primeira Misericórdia em 1498. Esta organização nasce de uma tentativa de melhorar as condições de vida das viúvas e órfãos que resultavam das batalhas e dos naufrágios da época (Fernandes, 2016). Para os autores Hespanha e Santos (2016) a ES tem a sua origem associada à luta da classe trabalhadora no decorrer do século XIX, sendo neste período que é reconhecida e apoiada pelo Estado.

A par com outros países europeus, nomeadamente, Alemanha e Itália, Portugal foi dos primeiros países a consagrar na sua legislação as bases sobre as organizações mutualistas. Em Portugal, apesar de existir uma maior concentração de organizações nas grandes áreas metropolitanas, estas não se encontram confinadas a um único território e a sua atividade e presença são sentidas em todo o continente e ilhas (Garrido, 2017).

Para Quintão (2004) a importância da ES pode ser verificada de 4 pontos de vista diferentes:

- **Económico** – Por prestar serviços de utilidade pública, em diversas áreas como a saúde, educação, cultura, ambiente, desporto entre outros, satisfazendo diversas necessidades que o Estado e o setor privado não conseguem alcançar;
- **Diminuição do Desemprego** – Uma vez que estas organizações não só fornecem formação profissional, reabilitação profissional e também são elas mesmas criadoras de postos de emprego;
- **Equidade Social** – Na criação de medidas que permitem colmatar muitos estados de pobreza e que permitem lutar contra várias formas de exclusão social;
- **Desenvolvimento Local** – Através da sua participação ativa na criação de soluções para o desenvolvimento de áreas e regiões mais deficitárias.

Pitacas e Reto (2020) referem que apesar de toda a importância que é referida na literatura, a sociedade ainda está longe de conseguir alcançar esse entendimento. Os motivos mais apontados são o fraco conhecimento sobre o setor, a fraca comunicação por parte deste setor, dificuldade em construir uma identidade forte e ser considerado um setor que não produz riqueza. Apesar disso a ES mantém presença na sociedade e tem sido alvo de uma crescente expansão e afirmação e tem provado que é um setor que contribui para a Economia do país. No último relatório da Conta Satélite da Economia Social podemos verificar que este setor em 2016 gerou 3,0% do VAB Nacional e tem um peso de 6,1% do emprego remunerado (INE, 2019).

Um marco importante para o reconhecimento da ES foi a publicação, a 8 maio de 2013, da Lei das Bases da Economia Social, com o objetivo de regulamentar o funcionamento das entidades nela previstas, desenvolvimento das atividades bem como promover medidas de incentivo à criação de novas entidades. Na Lei n.º 30/2013 de 8 de maio da Assembleia da República (2013) são definidas as entidades que integram a ES em Portugal, entre outras, destacam-se as Cooperativas, Associações Mutualistas, Misericórdias e Fundações. Também na presente lei

são dados a conhecer os 7 princípios orientadores que devem pautar nas diferentes entidades, e são eles:

- a) *“O primado das pessoas e dos objetivos sociais”;*
- b) *“A adesão e participação livre e voluntária”;*
- c) *“O controlo democrático dos respetivos órgãos pelos seus membros”;*
- d) *“A conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral”;*
- e) *“O respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade e da não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade”;*
- f) *“A gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores à economia social”;*
- g) *“A afetação dos excedentes à prossecução dos fins das entidades da economia social de acordo com o interesse geral, sem prejuízo do respeito pela especificidade da distribuição dos excedentes, própria da natureza e do substrato de cada entidade da economia social, constitucionalmente consagrada”.*

Também na presente lei é dado a conhecer o estatuto fiscal mais favorável, de que estas organizações dispõem.

Mais recentemente, Portugal assumiu no ano de 2021 a Presidência do Comité de Monitorização da Declaração do Luxemburgo. Constituem a Rede de Cidades Portuguesas – Capital Europeia da Economia Social 2021 os municípios de Cascais, Coimbra, Sintra, Torres Vedras e Braga em associação com a CASES (2021).

2.1.2 Economia Social na Europa

Almeida (2005) salienta que apesar dos diversos estudos e análises desenvolvidos ao longo dos anos sobre o tema “Economia Social”, existe um ponto onde todos os autores estão de acordo: a ES constitui um grande apoio económico para a sociedade atual.

Skandrani et al. (2021) referem que a importância da ES vai muito além da criação de valor para o país, oferta de emprego e apoio aos mais fragilizados e carenciados, é também um reforço da aprendizagem que é adquirida em instituições de ensino. De facto, um estudo efetuado com associações sem fins lucrativos da Tunísia sugere que estas associações fomentam um aumento das capacidades e competitividade dos recém-formados no mercado de trabalho. O mesmo estudo reforça o papel importante que estas associações desempenham na promoção da coesão social, justiça e igualdade.

Para Franco et al. (2005), as organizações da ES não contribuem apenas para o aumento dos postos de trabalho, são também prestadoras de diversos cuidados, entre eles a educação, saúde, habitação, cultura e serviços sociais. São estas organizações muitas vezes responsáveis por identificar e colmatar diversas necessidades da sociedade, alertando a sociedade para estas carências e preocupações e dando voz em defesa de diversas causas.

O relatório publicado em 2017 pelo Comité Económico e Social Europeu (CESE), realça esse mesmo papel de extrema relevância a nível económico e humanitário que a ES representa em toda a Europa. O estudo mostra que existem 2,8 milhões de entidades e empresas que geram no seu todo mais de 13,6 milhões de empregos remunerados na Europa, o que equivale a 6,3% da população ativa dos 28 estados-membros (ainda incluindo dados do Reino Unido). Existe ainda registo de 82,8 milhões de voluntários, equivalentes a 5,5 milhões de trabalhadores a tempo inteiro (CESE, 2017).

Os dados disponibilizados pelo CESE mostram que a ES assegura o emprego a 19,1 milhões trabalhadores remunerados e não remunerados. As percentagens de emprego remunerado na ES quando comparado com o emprego total remunerado, são muitos dispares entre os países como se pode ver na Tabela 1, sendo que os 4 países com maior percentagem são o Luxemburgo, Países Baixos, França e Bélgica e os 4 países com menor percentagem são Lituânia, Croácia, Eslovénia e Malta. Portugal encontra-se no meio da tabela a par com países como Hungria, Reino Unido e Irlanda.

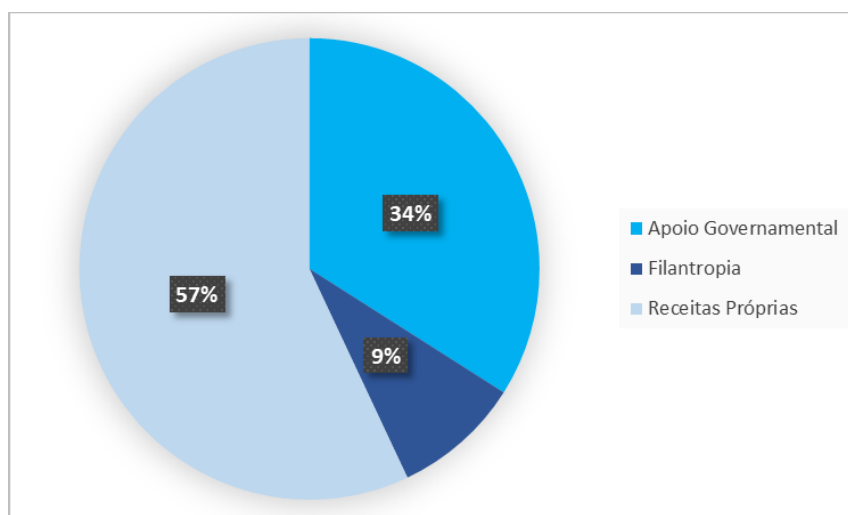
Tabela 1- % de Emprego remunerado na ES em comparação com o emprego remunerado total

País	% Emp. Rem. / Emp.Total
Luxemburgo	9,9%
Países Baixos	9,8%
França	9,1%
Bélgica	9%
Itália	8,8%
Espanha	7,7%
Finlândia	7,7%
Áustria	7,6%
Alemanha	6,7%
Estónia	6,2%
Dinamarca	5,9%
Hungria	5,6%
Reino Unido	5,6%
Portugal	5%
Irlanda	5%
Suécia	4,2%
Grécia	3,3%
República Checa	3,3%
Bulgária	2,8%
Polónia	2,3%
Letónia	2,2%
Eslováquia	2,1%
Chipre	2%
Roménia	1,7%
Malta	1,3%
Eslovénia	1,2%
Croácia	1%
Lituânia	0,6%

Fonte: Adaptado relatório elaborado pelo CIRIEC

Quanto à componente financeira segundo um estudo de Salamon e Sokolowski (2016) a maior fonte de financiamento das organizações da ES na Europa é a que corresponde às receitas próprias, seguida dos apoios governamentais e por último a filantropia, conforme Gráfico 1.

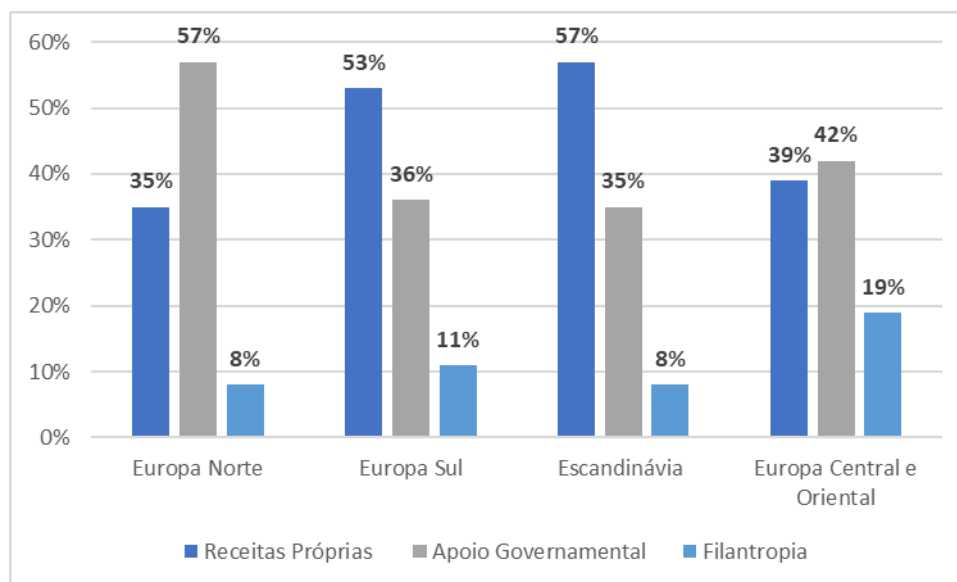
Gráfico 1 - Estrutura de Receitas ES na Europa - 2014



Fonte: Adaptado do estudo de Salamon e Sokolowski (2016)

Ainda segundo o estudo dos autores Salamon e Sokolowski (2016) o peso de cada uma das fontes de financiamento varia consoante a região da Europa, conforme Gráfico 2, que apenas representa 20 dos 28 países, uma vez que são estes os dados abrangidos pelo projeto da Johns Hopkins.

Gráfico 2- Estrutura de Receitas por regiões da Europa



Fonte: Adaptado do estudo de Salamon e Sokolowski (2016)

Como se pode observar no Gráfico 2 na Europa do Sul e Escandinávia as receitas próprias representam a maior fatia de financiamento ao contrário da Europa do Norte e Europa Central e Oriental em que são os apoios governamentais que representam a maior percentagem de

financiamento, sendo também nestas 2 regiões que a filantropia atinge quase os 20% do total de financiamento.

Para que a ES na Europa se mantenha com um crescimento sustentável e que possa manter-se como o lar de sociedades mais igualitárias foi desenvolvido o plano de ação para a ES. De acordo com o comunicado da Comissão Europeia (2021) este plano visa proporcionar aos Estados-Membros, através do empreendedorismo social e inclusivo, oportunidades de reforma e de investimento. Para a Comissão Europeia (2021) é importante ter quadros políticos e jurídicos que se adequem às especificidades das diversas organizações e para isso a Comissão em parceria com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) prevê publicar em 2022 um conjunto de diretrizes sobre quadros jurídicos adequando às organizações da ES.

As ações contempladas neste plano estão programadas para o período de 2021-2030 e são as seguintes:

- Fomentar o desenvolvimento da ES e reforçar a inovação, qualificação e requalificação de trabalhadores;
- Melhorar o acesso a financiamento por parte das organizações da ES;
- Criação de novo Portal da ES que centralize toda a informação necessária;
- Criação de um Centro Europeu de Competência para a Inovação Social;
- Promoção da ES a nível regional e local, bem como a promoção de intercâmbios transfronteiriços;
- Proceder à recolha de dados quantitativos e qualitativos que visem dar a conhecer melhor a ES e assegurar que todo o seu potencial é reconhecido;
- Melhorar as boas práticas em matéria de contratos públicos.

2.1.3 Impacto da Economia Social em Portugal

Os números do emprego que são gerados pela ES demonstram o quanto este setor está focado em manter-se como uma Economia de proximidade e com valores que vão desde a reciprocidade, solidariedade até à responsabilidade coletiva (Garrido, 2017).

Numa sociedade cada vez mais competitiva e globalizada, o papel de construção de um Estado social cabe a todos os setores, a fim de colmatar todas as necessidades sociais. Neste contexto a ES reveste-se de extrema importância para promover a igualdade social. Nos últimos 30 anos,

este setor da economia demonstrou o papel relevante das respostas que foram dadas durante as crises económicas e os “*surtos de desemprego*”. Através de diversos instrumentos esta Economia tem vindo a atingir os seus objetivos: promover o desenvolvimento e coesão social (Caeiro, 2008).

Embora em Portugal a perceção pública sobre o peso da ES para a economia do País esteja aquém da realidade, a verdade é que este setor é de extrema relevância e representa um impacto significativo. A fraca consciência da importância destas organizações leva a uma maior dificuldade na promoção da filantropia e mesmo em conseguir apoios estatais (Franco et al., 2005). Salamon et al. (2005) afirma que a ES necessita de ser entendida como um todo, de forma que o setor possa demonstrar plenamente toda a contribuição que tem para a construção de uma sociedade mais inclusiva, justa e com igualdade de oportunidades.

Prova de que a ES contribui para o desenvolvimento e gera riqueza para o país é o resultado do estudo publicado em Julho de 2019, a Conta Satélite da Economia Social, pelo INE (2019). Este estudo tem por base dados de 2016 e está direcionado às organizações da ES. No relatório publicado é dado a conhecer a existência de 71.885 entidades da ES que no seu todo geraram 3,0% do VAB, 5,3% das remunerações e do emprego total e 6,1% do emprego remunerado.

Tabela 2 - Número de Organizações da ES - 2016

<i>Cooperativas</i>	2.343
<i>Associações Mutualistas</i>	97
<i>Misericórdias</i>	387
<i>Fundações</i>	619
<i>Associações com Fins Altruísticos</i>	66.761
<i>Subsetores comunitário e autogestionário (SCA)</i>	1.678

Fonte: Adaptado da Conta Satélite da Economia Social

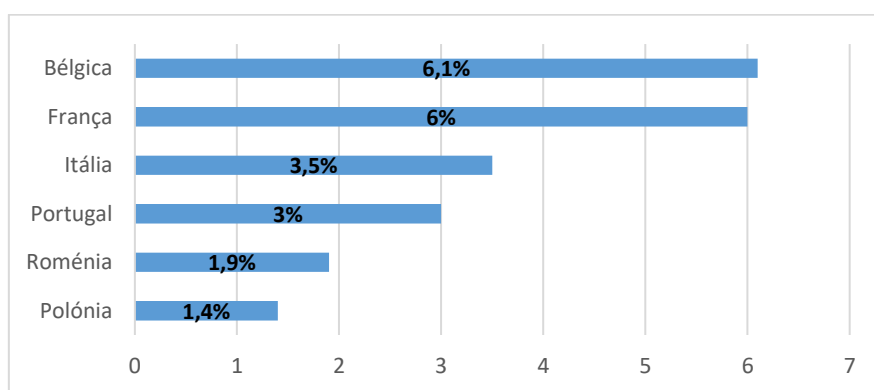
Em 2016 o peso do VAB da ES (3,0%) foi superior ao observado em 2013 (2,8%). Também o emprego remunerado registou um aumento de 8,5% face aos resultados obtidos em 2013.

Podemos também destacar as organizações que prestam serviços de saúde e serviços sociais, que representam no seu conjunto, um peso de 49% no VAB da ES e são também estas áreas (Saúde e Serviços Sociais) que concentram a grande percentagem de emprego remunerado com 61,9%.

Quando verificamos a distribuição do VAB por grupos de organizações, é possível ver que as Associações com Fins Altruísticos representam o maior peso do total do VAB da ES com 60,1% seguidas das Cooperativas com 12,5% e Misericórdias com 12,4%.

Embora a comparação com outros países, deva ser feita com alguma reserva, uma vez que nem todos possuem dados elaborados com base nas contas nacionais, não existe uma total harmonização nas organizações que compõem a ES e o período das análises possa ter discrepâncias, podemos verificar que Portugal se encontra numa posição mediana, conforme Gráfico 3.

Gráfico 3 -- Peso da ES na Economia Nacional (VAB)



Fonte: Adaptado da Conta Satélite da Economia Social

Já no decorrer do ano de 2018 o INE divulgou os resultados do Inquérito ao Trabalho Voluntário, que demonstrou a existência de 516 mil voluntários em organizações da ES, a maioria dos voluntários pertenciam à população desempregada (10,5%). A maior percentagem de voluntários (39,8%) concentrou-se em organizações que prestam serviços sociais.

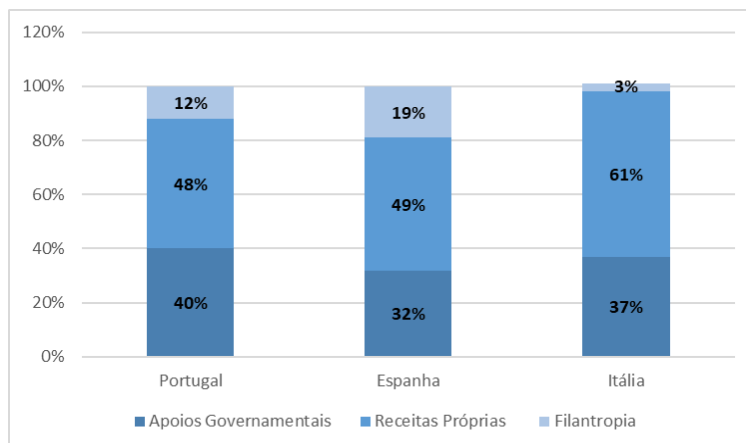
2.2 Sustentabilidade Financeira das Organizações Economia Social

Jeantet (2009, p.51) refere no seu livro que muito embora as organizações da ES não tenham como objetivo a obtenção de lucro, precisam de obter resultados para conseguirem manter a sua atividade.

A maioria das organizações da ES apresenta uma grande diversidade de receitas, mas existem 3 grandes grupos: receitas próprias, filantropia e apoio do Estado. Embora existam diferenças na estrutura de fundos de acordo com a atividade desenvolvida, na maioria das organizações, o grupo que apresenta um maior peso é as receitas próprias, seguido dos apoios do governo e por

último a filantropia, conforme Gráfico 4 que representa uma comparação entre Portugal, Espanha e Itália (Franco et al., 2005).

Gráfico 4 - Peso das Fontes de Financiamento: Portugal, Espanha e Itália



Fonte: Adaptado do Estudo de Franco et al. (2005)

Os autores Santos et al. (2014), num estudo efetuado anos mais tarde verificaram que o apoio do Estado representava um peso superior às receitas próprias, mantendo-se a Filantropia com o menor peso na estrutura de financiamento destas organizações. O OBESP (2011) salienta que nas organizações cuja missão está direcionada para colmatar necessidades básicas da sociedade, o apoio de Estado é essencial para a sua sobrevivência.

Skandrani et al. (2021) efetuaram uma análise com o objetivo de identificar os fatores que podem levar ao surgimento de dificuldades nas organizações sem fins lucrativos, especialmente em situações de crise. O resultado do estudo evidenciou que as crises económicas, a falta de diversificação das fontes de financiamento, os recursos limitados, a falta de planeamento e a falta de congruência entre a missão e as atividades realmente desenvolvidas são alguns fatores que afetam a capacidade de sobrevivência das organizações da ES.

As dificuldades económicas e sociais sentidas pela sociedade levam a uma maior visibilidade das OES e isso contribui para uma maior disponibilização de recursos, por parte da sociedade, para conseguirem cumprir com a sua missão (Santos et al., 2014).

Pitacas e Reto (2020) defendem que é importante que o conceito de atribuição de subsídios pelo Estado a estas entidades deixe de ser aplicado, uma vez que o Estado está a pagar por serviços que de outra forma seriam mais caros, caso fossem prestados pela Administração Pública. Os mesmos autores defendem que para que exista uma boa relação entre o Estado e as OES é

essencial que os pagamentos sejam justos e feitos atempadamente, a fim de evitar constrangimentos na tesouraria.

2.3 O impacto das crises na Economia Social

À semelhança dos restantes setores, a ES também é afetada pelas crises financeiras nos mercados nacionais e internacionais. De facto, estas crises provocam diminuição do poder de compra das pessoas, levando a que estas procurem apoio social e económico junto das OES. Nesta linha, Ferreira (2009), aquando da crise financeira que teve início em 2008, referiu que é nas alturas de crise que se presta mais atenção a conceitos e teorias da ES. Isto acontece, porque nas alturas de crise a ES apresenta soluções práticas e inovações com vista a responder, de forma rápida e eficaz, às diversas necessidades da população.

Também os autores Navarro e Climent (2010) verificaram que em contexto de crises económicas, as organizações da ES, representam um apoio fundamental para a integração sócio profissional e para o desenvolvimento local da economia, transmitindo valores e criando oportunidades de emprego.

Arik et al. (2016) analisaram respostas a 280 inquéritos efetuados a organizações sem fins lucrativos localizadas no Tennessee, Estados Unidos da América (EUA). Os resultados mostram que em tempos de crise as OES que possuem menos fontes de financiamento possuem mais probabilidades de falhar na resposta estratégica. Estes autores também evidenciaram que as organizações que referem ter sofrido uma diminuição dos recursos financeiros são aquelas que possuem menor visibilidade no mercado. Já as organizações com *website* e uma maior visibilidade, apresentam uma tendência para manter ou mesmo para aumentar os seus recursos financeiros durante momentos de crise.

Os autores Shi et al. (2020) elaboraram um estudo para verificar o desempenho de 4 OES de Dallas nos EUA, durante o período inicial da pandemia COVID-19. Os resultados revelam que embora a pandemia tenha criado instabilidade nas referidas instituições, as mesmas mostraram desde o início vontade de se manterem em funcionamento e apoiarem os necessitados. O referido estudo evidenciou que estas instituições alteraram os seus procedimentos e métodos de trabalho para conseguirem manter a sua missão sem colocar em risco a saúde pública. Também Maher et al. (2020) evidenciaram a preocupação sentida pelas diferentes instituições americanas para com a redução das receitas e a sustentabilidade financeira a longo prazo. O

estudo revelou que, apesar das dificuldades, as instituições mantiveram a sua atividade para dar resposta ao aumento da procura de ajuda.

Ainda nos EUA, Kim e Mason (2020) num estudo que incluiu 641 organizações dos 50 estados, foi evidenciado que as organizações que possuíam reservas financeiras sofreram menor impacto após a diminuição dos donativos. Também neste estudo ficou evidente que as organizações de âmbito cultural tinham mais probabilidades de encerrar atividade que as organizações de serviços humanos. Os autores Johnson et al. (2021) realizaram um estudo com o objetivo de verificar se a COVID-19 afeta a estabilidade financeira das OES, concluem que com o surto pandémico algumas OES evidenciam dificuldades em se financiarem, em consequência da falta de verbas existe o impedimento em cumprirem a sua missão.

Barhate et al. (2021) desenvolveram um estudo que visava verificar o papel das OES na atenuação da crise para os trabalhadores durante a pandemia na Índia. Os resultados obtidos demonstraram que a resposta das OES, em especial aos emigrantes, foi rápida e contribuiu para a contenção do caos provocado pelas medidas, impostas pelo governo, para a contenção do vírus.

Em Portugal, Gomes (2021) elaborou um estudo para analisar a resposta do governo português à pandemia, tendo concluído que este governo respondeu rapidamente com um pacote de estímulos e medidas de apoio à economia. Gomes (2021) realça no seu estudo que o Estado português tinha programadas reformas e a transformação digital dos serviços públicos para o período de 2020-2023, mas que a pandemia veio acelerar esta transição criando oportunidades de inovação e melhoria da eficiência dos processos. Apesar das conclusões a autora não procedeu a uma análise por setor o que inviabiliza saber se tais oportunidades e inovações também se verificam nas OES.

Mamede et al. (2020) através da organização mundial de trabalho publicaram um estudo que mostra que vários setores de atividade foram alvo de perdas financeiras desde o início da pandemia, principalmente a área da restauração, hotelaria e turismo. Também estes autores defendem que os impactos das medidas de apoio às empresas causaram uma maior pressão sobre as finanças públicas e sobre a Segurança Social contribuindo para o aumento da dívida pública.

3. Metodologia

Terminado o capítulo onde foi caracterizado o objeto de estudo e onde foi feita a revisão de literatura, que possibilitou um melhor conhecimento sobre a temática, o terceiro capítulo pretende apresentar os objetivos da investigação e os procedimentos metodológicos que irão ser adotados. Serão descritas as opções metodológicas que melhor se adequam, para que o conhecimento sobre a temática seja aprofundado e consolidado. Ainda neste capítulo serão novamente salientados os objetivos do estudo e a técnica de recolha de dados utilizada.

Segundo Carmo (2008), antes de se iniciar o processo da recolha de dados é essencial que estejam já definidos os objetivos do estudo, sob pena de se perder tempo e não se conseguir concretizar um estudo bem sucedido. Para que este processo seja célere e realizado com sucesso este autor recomenda:

- Pré-definir um conjunto de perguntas/ hipóteses claras que delimitem o rumo da investigação;
- Definir o método de recolha dos dados;
- Manter um discurso simples que demonstre claramente a intenção da investigação.

3.1 Objetivos da Investigação

O objetivo geral desta investigação é analisar o impacto financeiro da pandemia nas OES, no contexto do segundo confinamento decretado pelo governo português, e efetuar uma comparação com o estudo publicado em 2021 pelos autores Santos et al. (2021), realizado no contexto do primeiro confinamento, para verificar como estas organizações geriram os desafios deste segundo confinamento e como se prepararam para melhor resistir durante esse período.

De modo, a obter resposta ao objetivo geral e também para se obter um fio condutor do presente estudo, foram definidos 4 objetivos específicos:

- **Objetivo 1:** Caracterizar a situação financeira das organizações e a sua capacidade de se manter em atividade;
- **Objetivo 2:** Perceber se há relação entre as fontes de financiamento das organizações e a sua capacidade de manter a atividade:
 - Hipótese: quanto maior o peso do Estado, maior tendência para a organização ter capacidade de manter a atividade.

- **Objetivo 3:** Identificar as estratégias que mais contribuíram para a manutenção dos recursos económicos necessários à prossecução da atividade destas organizações;
- **Objetivo 4:** Identificar lacunas na profissionalização financeira e contabilística dos trabalhadores destas organizações que possam contribuir para a sustentabilidade deste setor.

3.2 Epistemologia do estudo

Face aos objetivos de investigação, o estudo segue um paradigma quantitativo que, segundo Minayo e Sanches (1993), tem como objetivo englobar grandes concentrações de dados tornando-os compreensíveis através de variáveis. Este paradigma pretende assim fornecer indicadores e tendências observáveis (Minayo e Sanches, 1993).

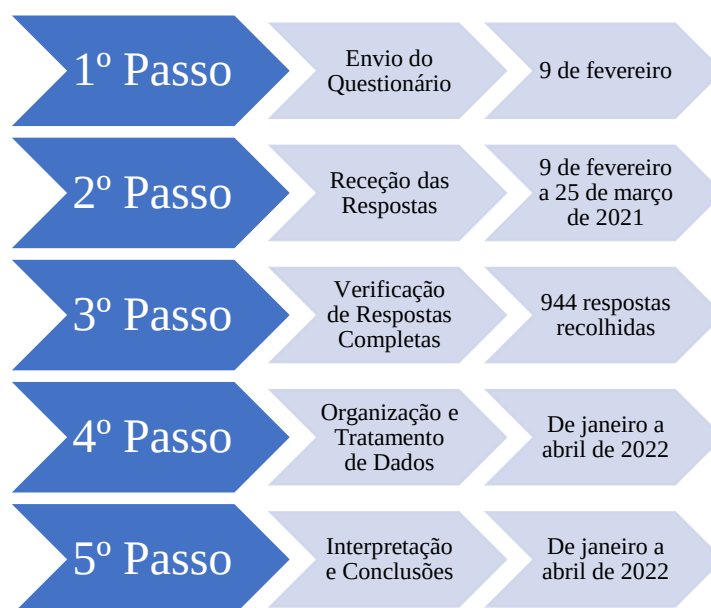
Reichardt e Cook (1986, p.29) atribuem a este paradigma alguns atributos que se procuram obter nesta investigação: objetividade, uma análise profunda e controlada, sustentada por métodos quantitativos, fiáveis e repetíveis e orientados para os resultados.

Nesse sentido, o presente estudo assenta numa perspetiva epistemológica baseada no positivismo, na medida em que se pretende observar dados concretos e objetivos, independentes da nossa perceção (Proetti, 2018). As questões e hipóteses formuladas podem ou não vir a ser validadas, através de métodos estatísticos que podem levar à necessidade de reformulação, caso não sejam validadas ou poderão gerar conhecimentos ou novas teorias (Minayo e Sanches, 1993; Proetti, 2018).

3.3 Técnicas e Procedimentos de Recolha de Dados

A fim de caracterizar e compreender o comportamento das OES no contexto da pandemia COVID-19, desenhou-se um instrumento de recolha de dados que se consubstanciou num inquérito composto por 25 questões, 19 questões fechadas e 6 questões abertas, que visam dar resposta às questões de investigação neste projeto. Importa referir que, para efeitos do presente estudo, foram objeto de análise apenas 19 das 25 questões, na medida em que o instrumento de recolha de dados procurou dar resposta a outras questões de investigação de um estudo mais abrangente de um grupo de investigadores do Instituto Politécnico de Setúbal. Essas 19 questões, cujas respostas são objeto do presente estudo, estão elencadas no Anexo 3.

Diagrama 1 - Calendário de Recolha e Tratamento Dados



Fonte: Elaboração própria

O inquérito foi distribuído por meios eletrónicos, tendo sido remetido por e-mail a hiperligação de acesso ao formulário. Este foi enviado a 6.625 OES, tendo os seus emails sido recolhidos em *websites* de acesso público, através de um levantamento manual dos referidos *websites*. De referir que, a fim de potenciar a abrangência de mais OES, foi ainda solicitado às organizações representativas das OES, como a CASES, União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social e a União das Misericórdias Portuguesas, que disseminassem o inquérito pelas suas OES associadas e reforçassem a importância do seu preenchimento. Assim, não é possível determinar com precisão o número total de OES que rececionaram o inquérito, sendo certo que as entidades contactadas diretamente o rececionaram (i.e., 6.625).

O período de recolha de dados decorreu entre 9 de fevereiro e 25 de março de 2021, que coincide com o período do segundo confinamento decretado pelo Governo português. Desta recolha foram obtidas um total de 944 respostas de OES sedeadas em todos os distritos do Continente e regiões autónomas.

Para se proceder a uma análise de uma amostra tão vasta é necessário o recurso a programas que consigam organizar os dados e analisá-los estatisticamente (Nunes, 2017).

Sampaio et al. (2018) define estatística como uma ciência que visa recolher, expor e interpretar de forma adequada um conjunto de dados. Nunes (2017) realça a importância da estatística para

se conseguir analisar e interpretar de forma construtiva a informação relativa a ocorrências ao nosso redor para que as possamos compreender.

A estatística descritiva tem como finalidade mostrar de uma forma sintetizada e clara a informação retirada de um conjunto de dados. Podemos, assim, reduzir uma grande quantidade de dados realçando as principais características (Sampaio et al., 2018a). Através destas técnicas estatísticas podemos trabalhar as variáveis constantes na Tabela 3 e obter várias formas de representação conforme mostra a Tabela 4.

Tabela 3 - Tipos de Variáveis. Estatística Descritiva

Variáveis qualitativas		Variáveis quantitativas	
Nominais	Não existe uma ordem (ex.: Estado Civil)	Discretas	Que só podem assumir um número finito (ex.: n.º de filhos)
Ordinais	Existe uma ordem (ex.: Escalas de Likert)	Contínuas	Que podem tomar qualquer valor de um dado intervalo (ex.: temperatura)

Fonte: Adaptado dos Slides de Apoio de Nunes (2017)

Tabela 4 - Tipos de representação gráfica

Dados qualitativos		Dados quantitativos	
Nominais	Gráficos ou Diagramas de Barras, Pictogramas, Diagrama Circular	Discretos	Gráficos ou Diagramas de Barras, Pictogramas, Diagrama Circular
Ordinais	Gráficos ou Diagramas de Barras, Pictogramas, Diagrama Circular	Contínuos	Histograma, Polígono de frequências simples e acumulados,

Fonte: Adaptado dos Slides de Apoio de Nunes (2017)

Para os autores Sampaio et al. (2018) a inferência estatística é uma área da estatística que se utiliza quando se pretende estudar e produzir afirmações sobre uma população utilizando apenas um conjunto de dados de uma amostra. Um dos métodos mais relevantes neste ramo da estatística são os testes de hipóteses que permitem ao investigador decidir aceitar ou rejeitar as hipóteses previamente formuladas (Nunes, 2017).

Para verificar se existe dependência entre as variáveis foi utilizado o Teste do qui-Quadrado (Pestana e Gageiro, 2008), cujas hipóteses são:

H0: As duas variáveis são independentes

H1: As duas variáveis são dependentes (estão relacionadas)

A hipótese nula será rejeitada quando o $p\text{---}value < \alpha$.

Para o respetivo tratamento dos dados recolhidos, recorreu-se ao programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) da IBM, versão 27. A análise exploratória de dados permite a caracterização da amostra e a análise multivariada de dados permite obter mais informações e retirar conclusões que estejam subjacentes aos dados.

4. Resultados e Discussão

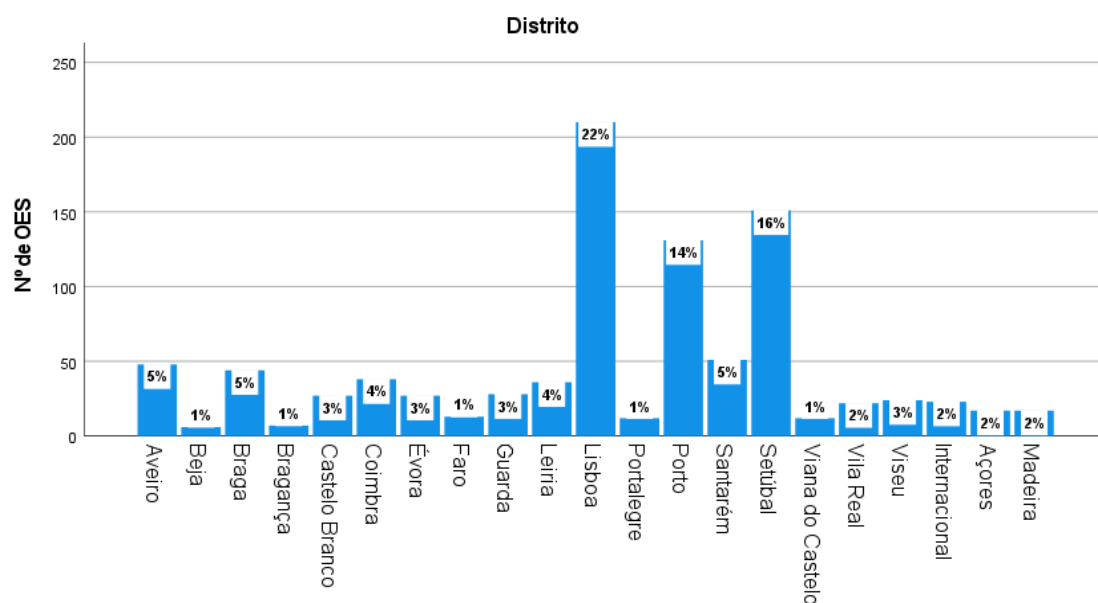
O atual capítulo apresenta e discute os resultados obtidos na sequência do tratamento estatístico dos dados obtidos no inquérito lançado às OES. Num primeiro momento, secção 4.1, será apresentada a caracterização da amostra, no que diz respeito à localização, forma legal, antiguidade e área de atuação das OES. Seguidamente, na secção 4.2, elencam-se os resultados à luz dos objetivos de investigação traçados para a presente dissertação e no ponto 4.3 será efetuada a discussão dos resultados.

4.1 Caracterização da Amostra

A análise de dados elaborada nesta investigação incide sobre as respostas recebidas ao inquérito dirigido a OES Portuguesas. A disseminação do inquérito procurou chegar ao maior número de OES, pelo que a metodologia de disseminação incluiu também transferir para as organizações representativas das OES a partilha do link do questionário online. Desta forma, por não ser possível aceder ao conjunto de OES que acederam ao link do questionário, não é possível apurar o número exato de OES que rececionou o link do inquérito e acedeu ao mesmo. Assim, para efeitos de caracterização do número de OES que receberam o convite para participar no inquérito, serão considerados os dados dos envios realizados diretamente pela equipa de investigação, isto é, 6.625 correspondente ao número total de organizações contactadas. Considerando como população alvo, e tendo em conta que se rececionou um total de 944 respostas, a taxa de resposta ao inquérito foi de, aproximadamente, 14,25%.

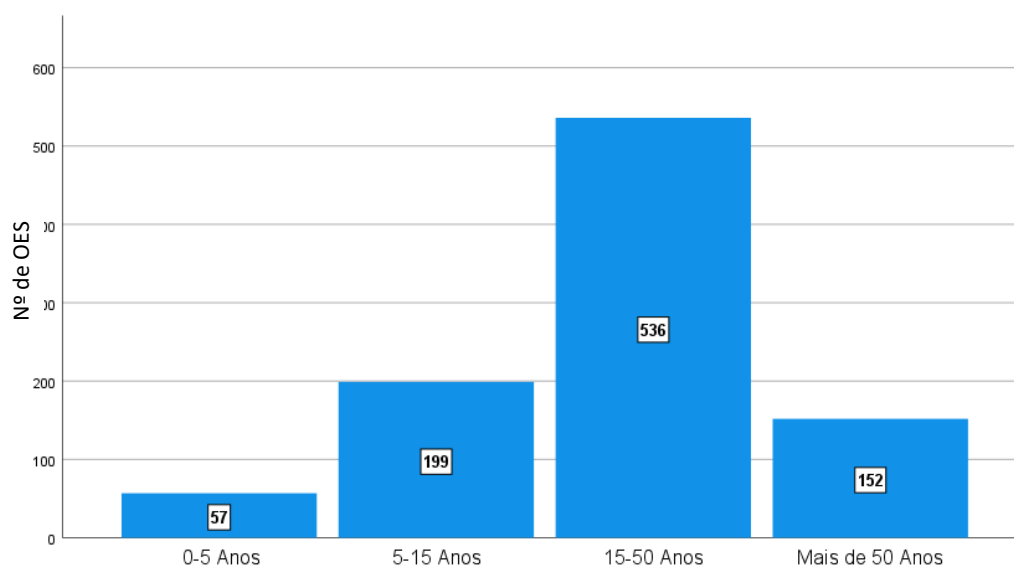
O distrito com maior representação nesta análise é o de Lisboa com 22%, seguido de Setúbal com 16% e do Porto com 14%. Os restantes 48% encontram-se repartidos pelos 15 distritos, salientando-se que existe 2% de OES com atuação na Região Autónoma da Madeira e 2% no Arquipélago dos Açores, conforme se detalha no Gráfico 5.

Gráfico 5 - Distrito de Atividade das OES



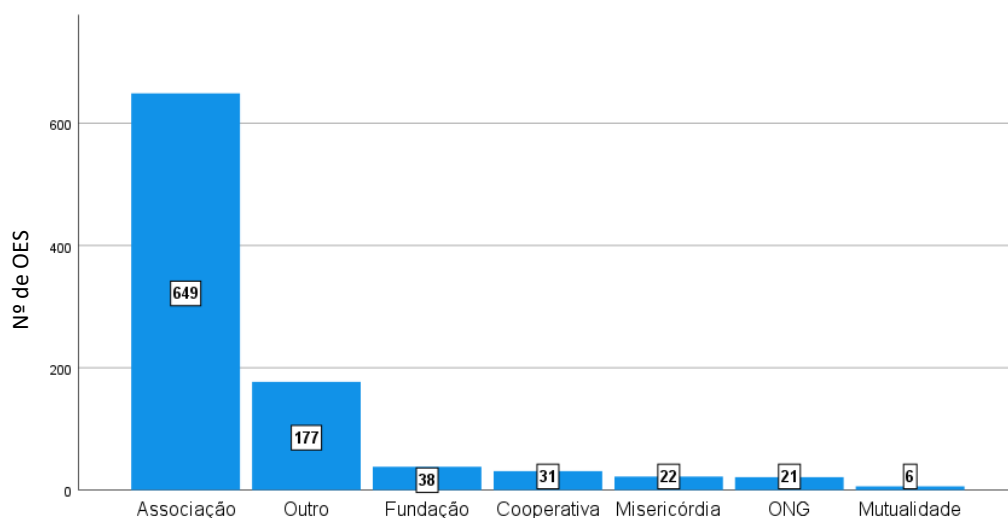
Através do Gráfico 6 é possível verificar que 536 das OES em estudo apresentam uma antiguidade entre os 15 e os 50 anos, sendo que o número de OES que operaram apenas nos últimos 5 anos é de 57. Isto revela que as OES presentes na amostra apresentam na sua maioria uma vasta experiência.

Gráfico 6 - Anos em Atividade das OES



De acordo com o Gráfico 7, as Associações representam a maioria das OES da amostra (649), sendo que as Mutualidades estão representadas apenas por 6 OES.

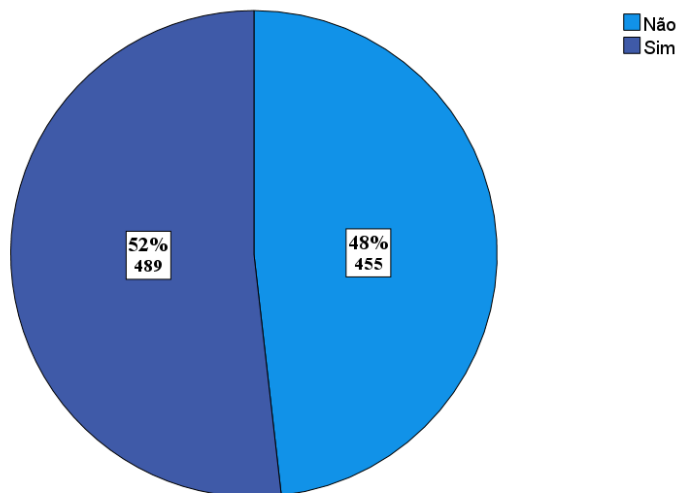
Gráfico 7- Forma Legal das OES



Do total de organizações analisadas 489 apresentam estatuto de IPSS, o que corresponde a 52% das OES da amostra, conforme Gráfico 8.

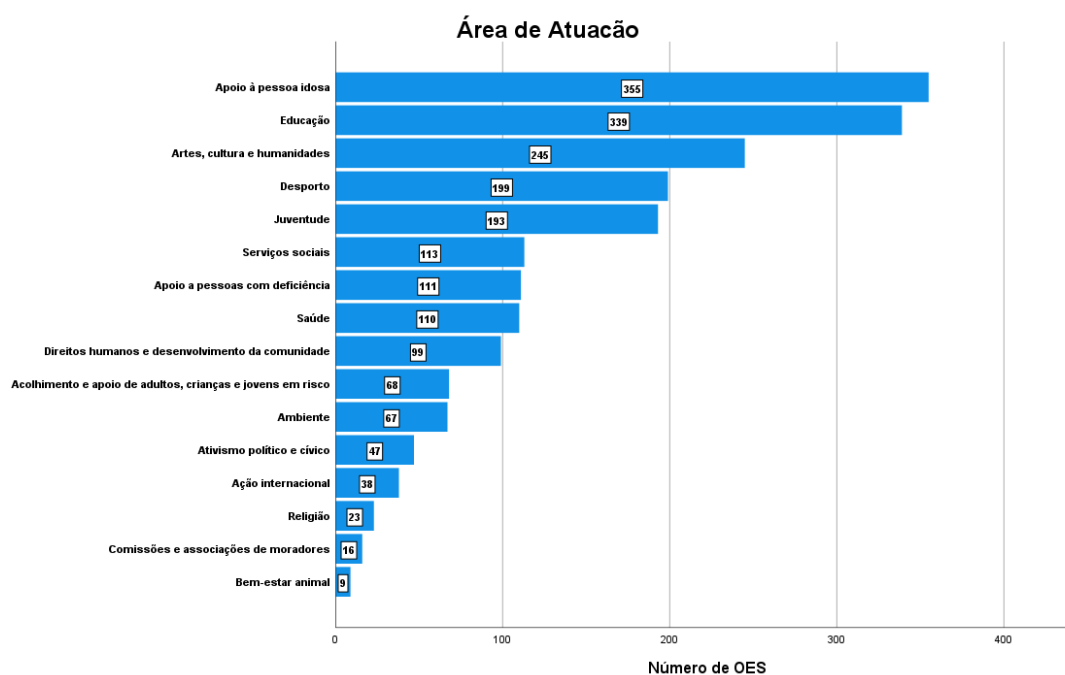
Gráfico 8 - Estatuto IPSS

Tem estatuto de IPSS?



No que refere às áreas de atuação, grande parte das OES da amostra não se restringe apenas a uma única área, tentando dar resposta a diferentes áreas em simultâneo. A maior predominância de atuação está no “Apoio à pessoa idosa” (355 OES), seguida da área de “Educação” (339 OES), “Artes, Culturas e Humanidades” e “Desporto”, com 245 e 199 OES, respetivamente, conforme Gráfico 9.

Gráfico 9- Área de Atuação



Em relação aos Recursos Humanos, verifica-se que 463 (49%) das OES apresentam um número reduzido de empregados (até 10) em contraste com apenas 13 OES (1,4%) que referem ter 250 ou mais empregados, conforme consta na Tabela 5.

Ainda na Tabela 5 é possível verificar, em relação ao voluntariado, que 64% das OES (605) são apoiadas por menos de 10 voluntários e apenas 1,5% das OES (14) são apoiadas por 250 ou mais voluntários, revelando um tecido organizacional com organizações de pequena dimensão principalmente no que se refere ao contributo do voluntariado na força de trabalho.

Tabela 5 - N° de Empregados versus N° de Voluntários

Média de:	Até 10	10-49	49-249	250 ou mais
Empregados	463	313	155	13
Voluntários	605	245	80	14

Fonte: Elaboração Própria

4.2 Resultados

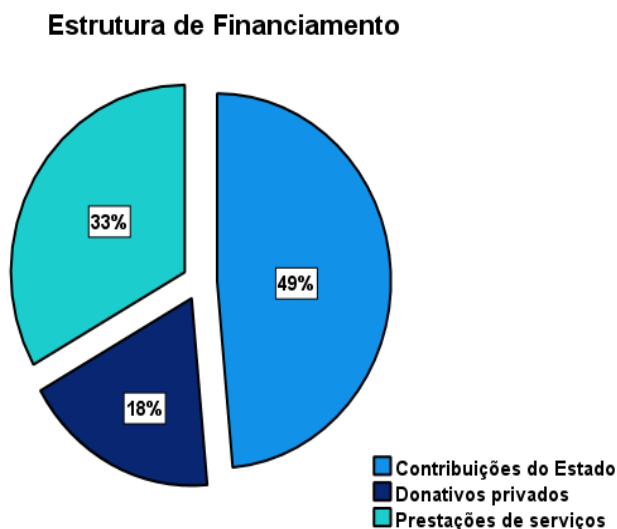
A análise dos resultados será realizada tendo em conta o objetivo de investigação em causa, estando os mesmos divididos pelas secções seguintes.

4.2.1 Situação financeira e capacidade de manutenção (Objetivo 1)

O primeiro objetivo de investigação compreende a caracterização da situação financeira das organizações e a sua capacidade de se manter em atividade no contexto da pandemia COVID-19.

Da análise da estrutura de financiamento resulta que quase metade das OES (49%) apresenta uma dependência do Estado na medida em que as contribuições públicas têm o maior peso, seguida da prestação de serviços (com 33%) e, por fim, os donativos privados que apresentam um peso de 18%, conforme se mostra no Gráfico 10. Estes resultados mostram que a dependência do Estado se manteve na última década, na medida em que resultados semelhantes já haviam sido demonstrados em 2014 por Santos et al. (2014).

Gráfico 10 - Estrutura de Financiamento



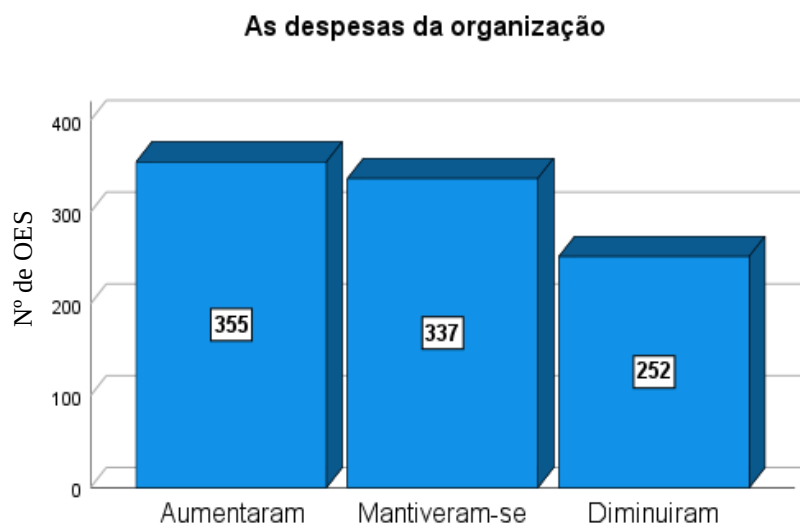
No que diz respeito às receitas, a esmagadora maioria (75%) das OES (707) referem ter registado uma diminuição das receitas, sendo que uma parte importante (23%) das OES (215) menciona que não sofreram alterações no nível de receitas e apenas 2% das OES (22) referem ter aumentado as suas receitas, conforme se verifica no Gráfico 11.

Gráfico 11 - Nível de Receitas



No que respeita ao lado das despesas, durante o período do segundo confinamento decretado pelo Governo português, uma parte significativa de OES, que representa 38% da amostra (355), referem ter registado um aumento das despesas. Nesta matéria, outra percentagem muito similar, 36% da amostra (337), mencionam que o volume de despesas se manteve, sendo que as restantes 26% (252) viram as suas despesas diminuir durante este período (Gráfico 12).

Gráfico 12 - Nível de Despesas



Face aos resultados obtidos anteriormente verifica-se que a maioria das OES registou um aumento das suas despesas mantendo o mesmo nível de receitas. Tendo em conta este

desequilíbrio, importa olhar para as condições que as OES têm para manter a sua atividade nos meses que se seguiram ao segundo confinamento obrigatório, bem como pagar por completo as remunerações dos seus empregados, manter os postos de trabalho e honrar os seus compromissos.

O Gráfico 13 reflete os resultados obtidos da análise às respostas dadas pelas OES à questão “A organização tem condições financeiras para manter a atividade nos próximos 3 meses”. Quando questionadas, a maioria (73%) das OES (687) refere que continua a ter condições financeiras para continuar a sua atividade. No entanto, uma parte significativa (16%) das OES (153) indicou que não consegue assegurar que esteja em condições de dar continuidade à sua atividade, sendo que 11% das OES (104) refere que é certo que encerrariam a sua atividade nos próximos 3 meses por falta de condições financeiras. Adicionalmente, conforme mostram os resultados ilustrados no Gráfico 14, o cumprimento dos compromissos com os trabalhadores estaria em causa. Nesta matéria, não chega a metade (49%) as OES (465) que afirmam ter capacidade de continuar a pagar por completo as remunerações dos seus empregados, em contraste com os 21% de OES (200) que confirmam que terão dificuldades em continuar a pagar as remunerações. Foi evidenciado ainda que 30% das OES (279) não consegue assegurar que venha a estar em condições de cumprir com os compromissos salariais dos trabalhadores.

Gráfico 13 - Condição Financeira para manter a atividade (próximos 3 meses)

A organização tem condições financeiras para manter a atividade nos próximos 3 meses

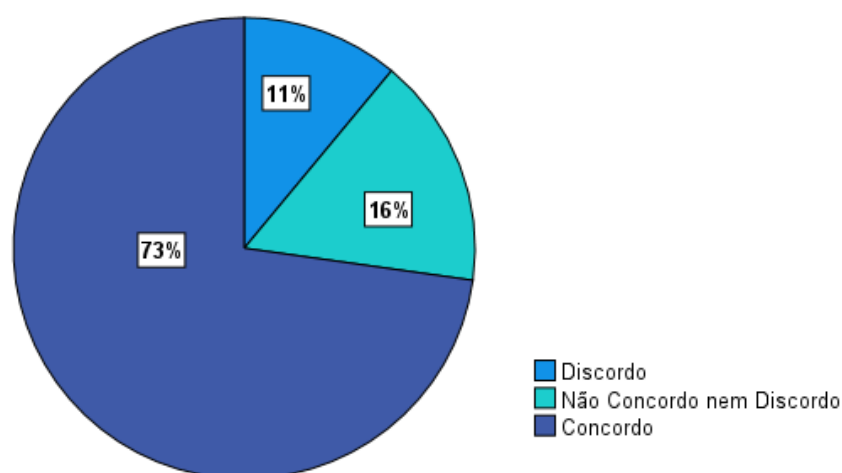
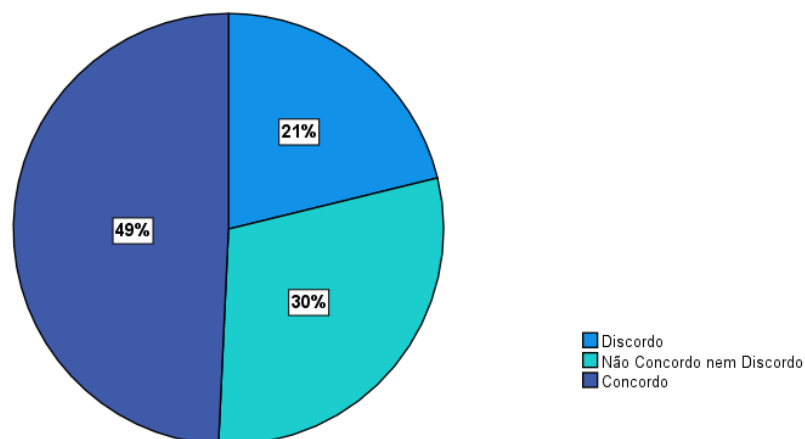


Gráfico 14 - Condição Financeira para pagar as Remunerações por completo

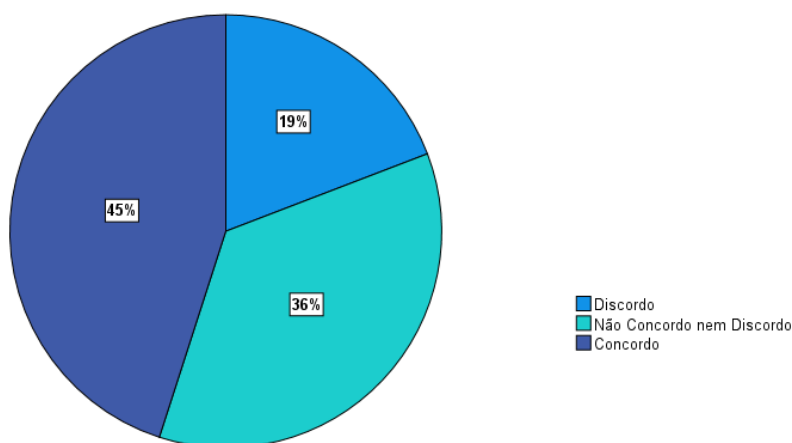
A organização tem condições financeiras para continuar a pagar por completo as remunerações dos seus empregados



Em consequência destas dificuldades financeiras e falta de perspectivas de continuidade da atividade, as OES, quando questionadas sobre a manutenção dos postos de trabalho, uma considerável percentagem de OES (19% - 181 OES) afirmam que deixaram de apresentar condições para manter todos os postos de trabalho (como se observa no Gráfico 15).

Gráfico 15 - Condição Financeira para manter os Postos de Trabalho

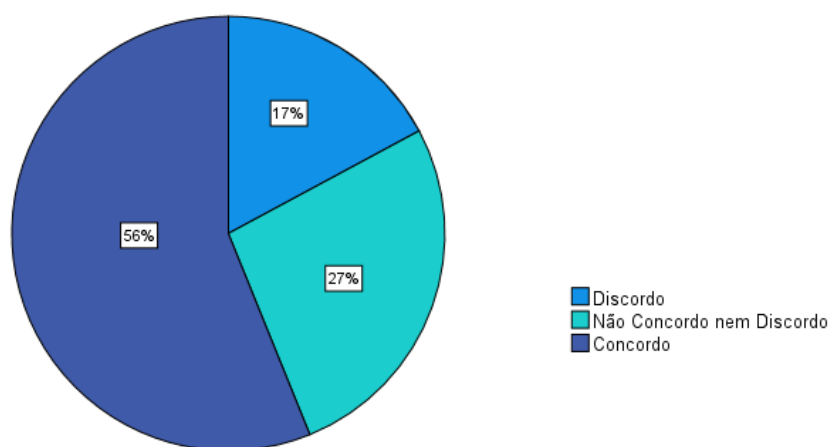
A organização tem condições financeiras para manter todos os postos de trabalho



Neste contexto pandémico, no que respeita a obrigações e compromissos financeiros assumidos pelas OES, os dados recolhidos mostram que 162 OES (17%) não apresentam condições financeiras para honrar todos os seus compromissos (Gráfico 16).

Gráfico 16 - Condição Financeira para honrar todos os compromissos

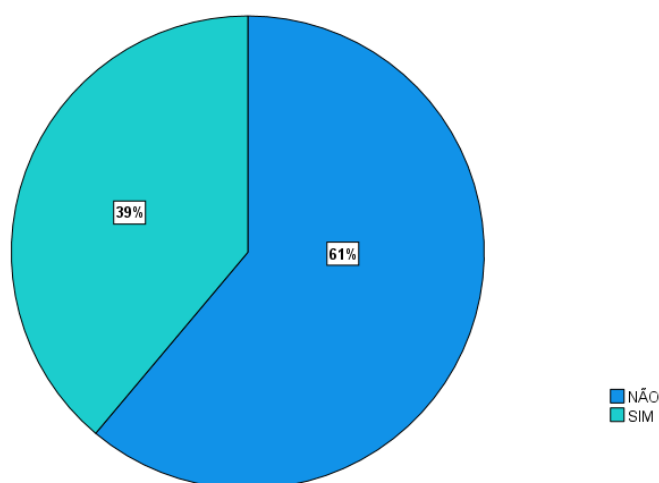
A organização tem condições financeiras para honrar todos os seus compromissos



Para fazer face às dificuldades financeiras sentidas, uma grande parte das OES (39%) refere ter recebido apoio extra de alguma entidade (Gráfico 17).

Gráfico 17 - Recebimento de Apoio Financeiro Extraordinário de alguma Entidade

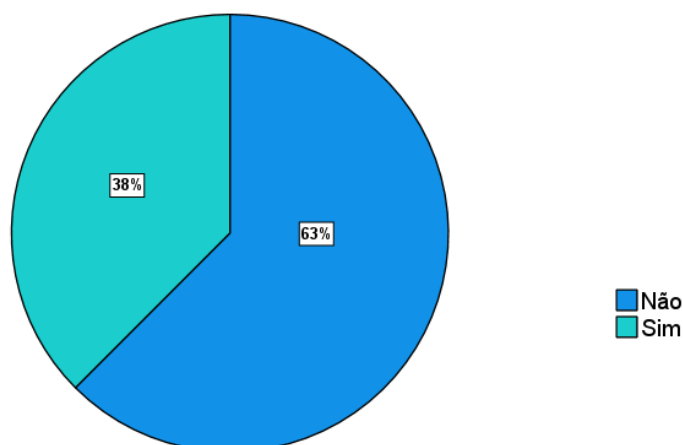
A organização recebeu apoio financeiro extra de alguma entidade?



No entanto, no que respeita aos incentivos e medidas de apoio criados pelo Estado, a maioria das OES (63%; 590) afirma não ter recorrido nem pensa recorrer a qualquer apoio financeiro extraordinário, como sejam as medidas de *lay-off* simplificado, moratória de créditos, diferimento de impostos, ou candidatura aos fundos do Portugal 2020 (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Recurso a Apoio Extraordinário

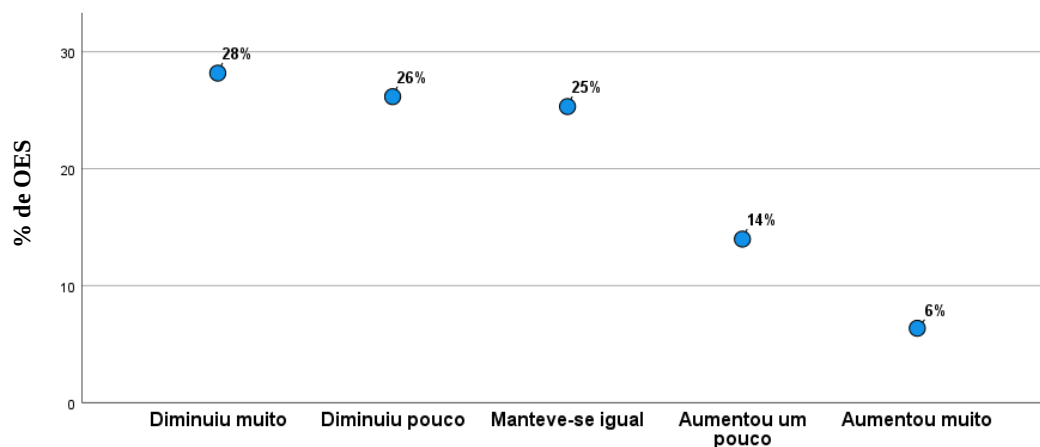
A organização recorreu ou vai recorrer a algum apoio financeiro extraordinário? (p.e. lay-off 1plificado, moratória de créditos, diferimento de impostos, fundos Portugal 2020)



O Gráfico 19 tem a representação das frequências relativas ao número de utentes apoiados durante a pandemia. Destes resultados, verifica-se que 54% das OES (513) diminuíram o número de utentes apoiados. De facto, apenas 6% das OES (60) afirmam ter passado a apoiar um maior número de utentes. Esta realidade deverá resultar também da necessidade de abrandamento ou encerramento da atividade, revelada nos resultados apresentados a seguir (Gráfico 20), do qual ficou claro que a maioria das OES diminuiu ou mesmo encerrou a sua atividade.

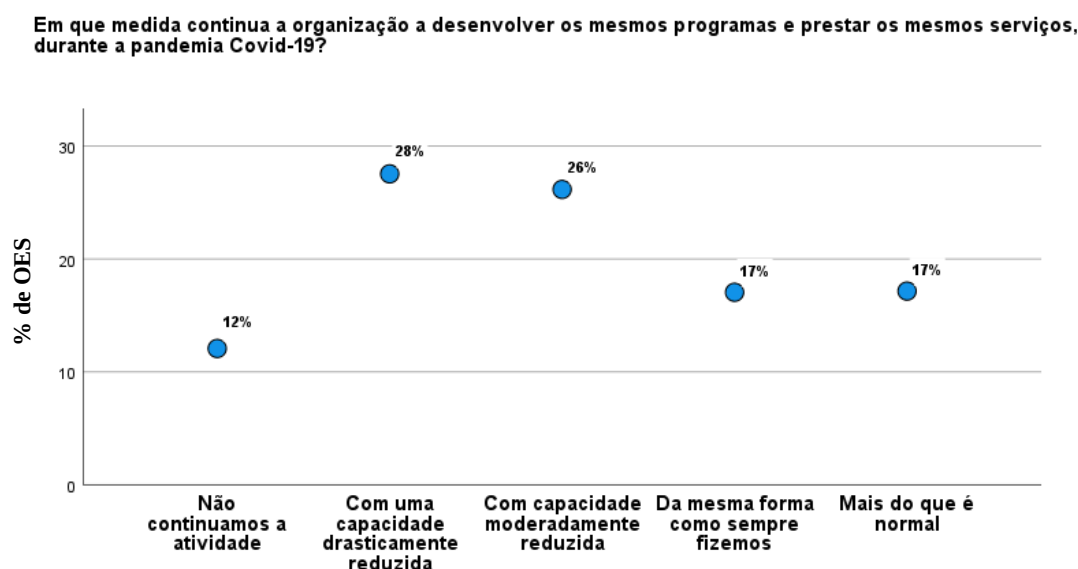
Gráfico 19 -Variação do N° de Utentes Apoiados

Em que medida o número de utentes apoiados pela organização tem variado, durante a pandemia Covid-19?



Face a estes constrangimentos, quando se analisa o nível de continuidade das operações realizadas neste setor, conclui-se que a maioria das OES (621 OES, 66%) reduziu ou mesmo encerrou a sua atividade, conforme se observa no Gráfico 20.

Gráfico 20 - Capacidade para Continuar a Atividade



4.2.2 Influência das fontes de financiamento na continuação da atividade (Objetivo 2)

Num segundo objetivo de investigação formulado pretende-se estudar a relação entre as fontes de financiamento das organizações e a sua capacidade de manter a atividade, sendo que se formulou a seguinte hipótese: quanto maior o peso do Estado, maior tendência para a organização ter capacidade de manter a atividade.

O estudo da relação entre as variáveis de financiamento e a capacidade de continuidade da atividade implica verificar se existe dependência entre as seguintes variáveis recolhidas no inquérito: (i) financiamento através de contribuições do Estado e (ii) capacidade de prestar apoio durante a pandemia COVID-19. Para tal, foi realizado o Teste do qui-Quadrado de *Pearson*, cujas hipóteses são:

H0: As duas variáveis são independentes

H1: As duas variáveis são dependentes (estão relacionadas)

De acordo com Pestana e Gageiro (2008), a hipótese nula será rejeitada quando o *p—value* < α . Para um grau de significância de $\alpha=0.05$, o resultado do *p-value* obtido no teste (<0.01)

mostra que as variáveis são dependentes, ou seja, existe uma relação entre a capacidade de prestar apoio durante a pandemia COVID-19 e o financiamento através de contribuições do Estado, conforme se detalha na Figura 1.

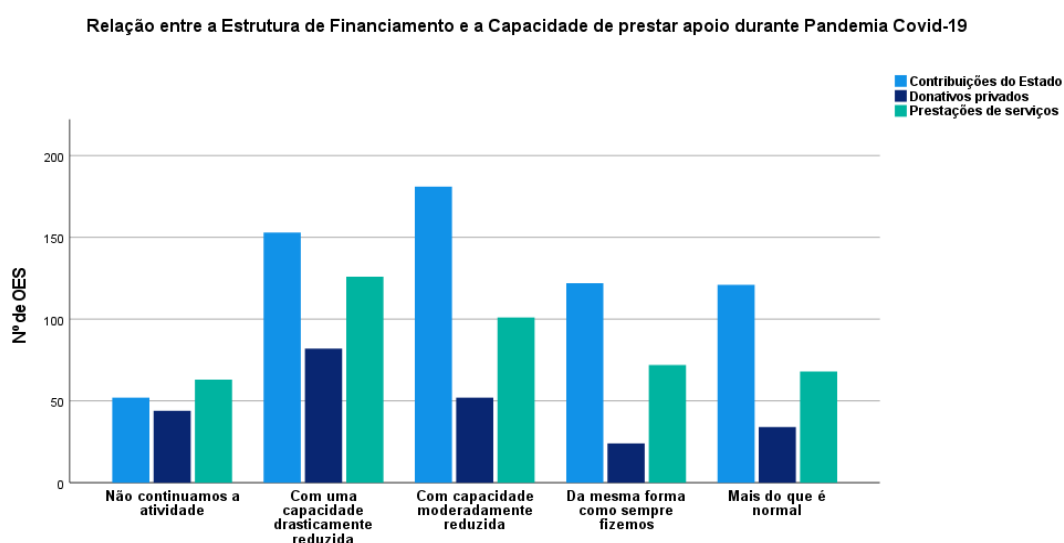
Figura 1 - Teste Qui-Quadrado

Testes qui-quadrado			
	Valor	Df	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	45,435 ^a	4	<,001
Razão de verossimilhança	44,478	4	<,001
Associação Linear por Linear	35,003	1	<,001
N de Casos Válidos	944		

a. 0 células (.0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 38,04.

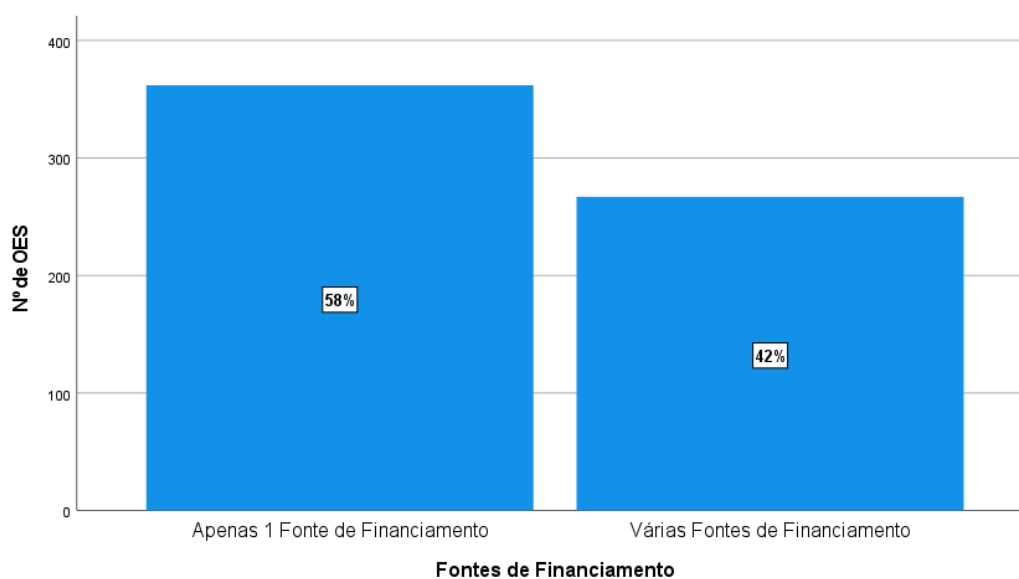
O Gráfico 21 permite visualizar o peso das diferentes fontes de financiamento em cada grupo de OES (que mantiveram ou alteraram o seu nível de atividade). Assim, nas situações em que as OES mantêm ou aumentam a sua capacidade de prestar serviço, o peso do financiamento do Estado é superior às restantes fontes. Já na situação em que as OES encerraram a sua atividade, o peso do Estado não é o mais elevado. Deste modo, confirma-se que quanto maior o peso do Estado no financiamento da OES, maior a capacidade da OES manter a sua atividade.

Gráfico 21 - Relação Entre a Estrutura de Financiamento e a Capacidade de manter a atividade



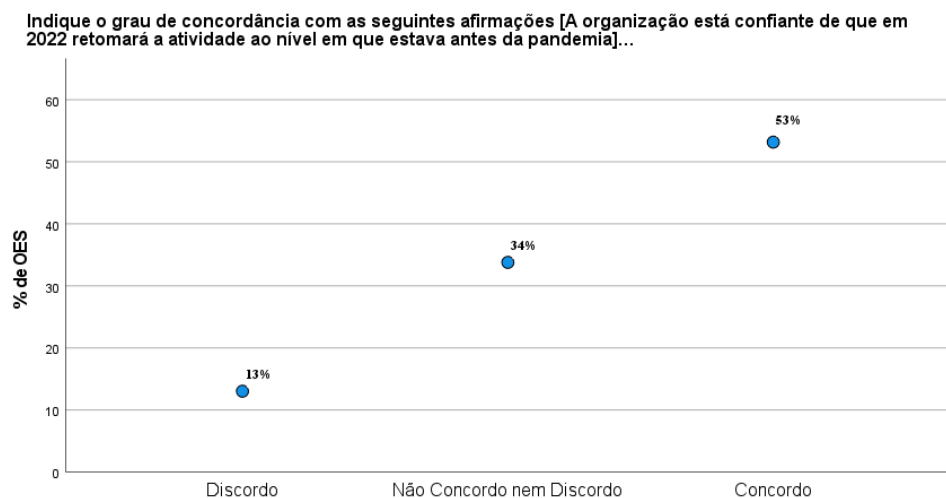
Para esta análise importa ainda agrupar as OES consoante estas se financiem em apenas uma tipologia de fonte de receita ou várias. O Gráfico 22 mostra o peso de cada um destes grupos, podendo verificar-se que 58% das OES está totalmente dependente de apenas 1 fonte de financiamento, ao contrário das restantes (42%) que diversificam as fontes de receitas em 2 ou mais.

Gráfico 22 - Fontes de Financiamento



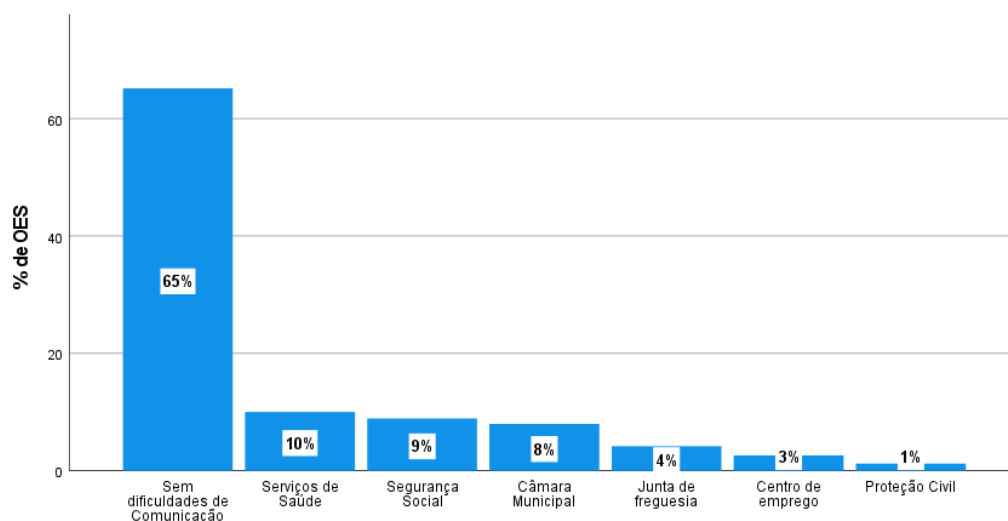
Quando questionadas sobre o futuro, cerca de metade (53%) das OES (502) mostra-se confiante de que irá retomar o nível de atividade que desenvolvia antes da pandemia COVID-19. No entanto, uma grande parte (34%) das OES (319) apresenta dúvidas que venham a ter a capacidade para retomar o mesmo nível de atividade e, ainda, uma parte significativa (13%) das OES (103) admite que esse cenário não é previsível (Gráfico 23).

Gráfico 23 - Capacidade para retoma da atividade em 2022 no mesmo nível anterior à pandemia



No que diz respeito à comunicação com as diversas entidades públicas, a grande maioria (65%) das OES refere não ter tido dificuldades de comunicação. Apenas 10% das OES refere ter tido dificuldades de comunicação com os serviços de saúde e 9% refere sentir dificuldade em comunicar com a Segurança Social (Gráfico 24).

Gráfico 24- Dificuldade de Comunicação com Entidades

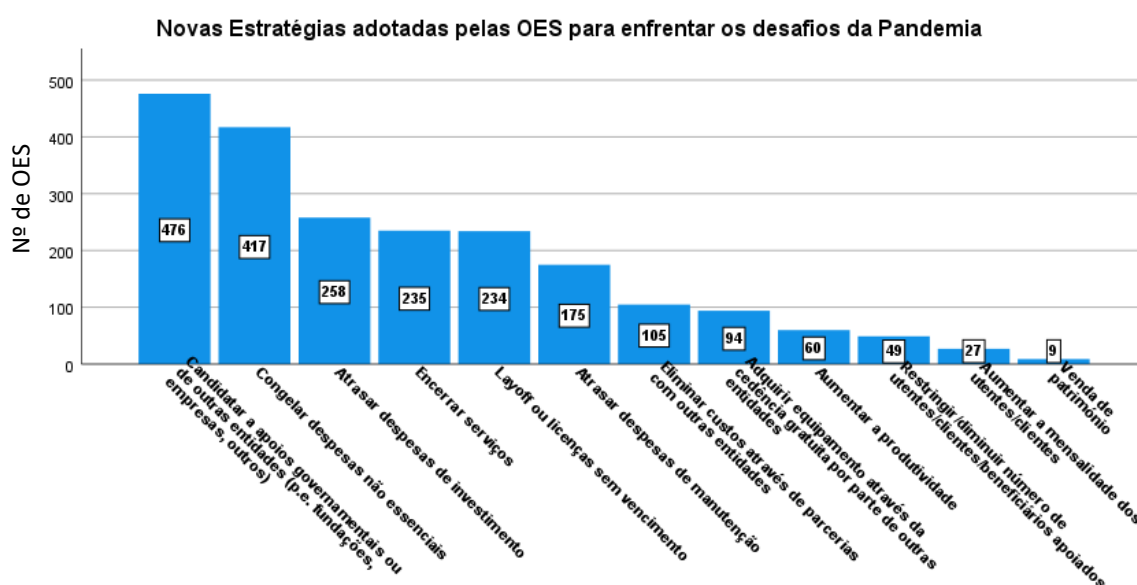


4.2.3 Estratégias para a manutenção dos recursos económicos (Objetivo 3)

No que respeita ao objetivo de investigação 3, isto é, identificar as estratégias que mais contribuíram para a manutenção dos recursos económicos necessários à prossecução da atividade destas organizações, o Gráfico 25 ilustra os resultados.

Neste verifica-se que, a fim de manter os recursos para prosseguir a sua atividade, as OES adotaram estratégias bastante diversificadas. As mais frequentes prendem-se com a candidatura a apoios governamentais (22%, 476 OES), seguida do congelamento de despesas (20%, 417 OES), adiamento de investimentos (12%, 258 OES), encerramento de serviços a par com o *lay-off* licenças sem vencimento com (11%, 235 e 234 OES, respetivamente).

Gráfico 25 - Novas Estratégias adotadas pelas OES



Apenas 0,5% das OES (9) apostaram na venda de património, situação extrema para fazer face às obrigações de curto-prazo que implica perda de infraestruturas para manutenção de atividade.

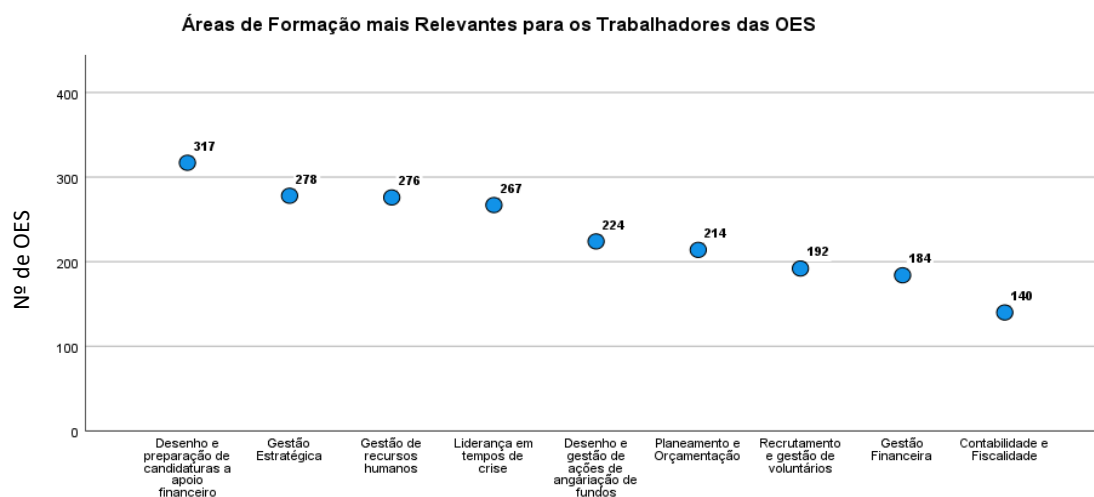
4.2.4 A profissionalização como apoio à sustentabilidade (Objetivo 4)

Num quarto objetivo, pretendeu-se identificar lacunas na profissionalização financeira e contabilística dos trabalhadores destas organizações, cuja colmatação possa contribuir para a sustentabilidade deste setor.

Assim, num momento em que se procura erguer e fortalecer este setor, e tendo em vista contribuir para as políticas públicas de profissionalização dos seus trabalhadores, analisou-se

as lacunas identificadas pelas OES nesta matéria. O Gráfico 26 mostra as áreas de formação do pessoal que para as OES são as mais relevantes neste momento. A área de formação mais identificada é a do desenho e preparação de candidaturas a apoio financeiro (15%, 317 OES), seguida da gestão estratégica (13%, 278 OES), gestão de recursos humanos (13%, 276 OES) e liderança em tempos de crise (13%, 267 OES).

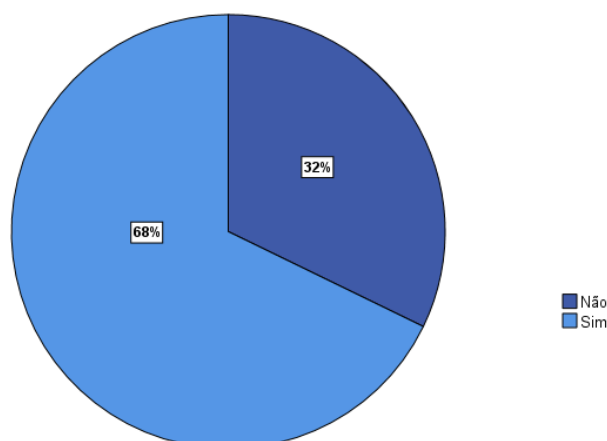
Gráfico 26 - Áreas de Formação mais relevantes para OES



Para a maioria (68%) das OES (640) as necessidades de formação mencionadas já eram uma necessidade antes da pandemia, mas intensificaram-se com a crise pandémica que o país atravessou (Gráfico 27).

Gráfico 27 - Necessidade de Formação versus início da pandemia

Considera que as necessidades de formação que indicou acima se intensificaram com a crise pandémica?



4.3 Discussão dos Resultados

Na caracterização da amostra foi possível constatar que todos os 18 Distritos e as 2 regiões autónomas se encontram representadas, pelo que o presente estudo abrange, ainda que de forma díspar, toda a realidade nacional. As OES apresentam uma estrutura de recursos humanos pagos e voluntários que revela um setor de micro e pequenas organizações que operam há já bastantes anos.

No que se refere à abrangência da sua atuação, Hespanha & Santos (2016), Garrido (2017) e Franco et al. (2005) já tinham referenciado nos seus estudos que as OES contribuem em diferentes áreas, conclusão que também ficou patente nos resultados do presente estudo. De facto, a amostra de OES opera em 16 áreas diferentes, as quais vão desde o Apoio à pessoa idosa, Saúde, Ambiente, Religião, Juventude e Bem-estar animal. Esta abrangência demonstra a importância da ES enquanto prestador de serviços de utilidade pública em diferentes áreas que o Estado e o setor privado não conseguem alcançar, como já havia sido referenciado na academia (Quintão, 2004).

Estes serviços vão sofrendo alterações à medida que o setor se adapta a novas necessidades dos destinatários a quem se dirigem, bem como aos choques do contexto onde atuam (Santos e Laureano, 2021). O presente estudo, relativo ao impacto das medidas decretadas em Portugal durante o segundo confinamento no âmbito da pandemia, vem contribuir para a compreensão dos impactos causados por uma crise pandémica na ES, bem como para a compreensão de como as OES se podem tornar mais resilientes em futuras situações.

Os impactos da pandemia foram visíveis neste setor desde logo na componente financeira. Este estudo deixou claro que a pandemia e as medidas tomadas pelos governos provocaram um défice financeiro na maioria das OES que viram a sua capacidade de manter a atividade diminuída ou mesmo desaparecer, em alguns casos. Tal derivou da diminuição de receitas, mas também do aumento de despesas.

A diminuição do nível de despesas mencionada por uma pequena percentagem das OES, poderá ter-se verificado, nas situações em que as mesmas abrandaram ou encerraram a sua atividade, ainda que estivessem perante mais pedidos de apoio por parte dos cidadãos que se viram desempregados e com maiores exigências de resposta, conforme já evidenciado nos estudos dos autores Deitrick et al. (2020) e Jones (2021).

Para uma parte importante dos responsáveis das OES, esta situação de desequilíbrio parece estar para durar para além dos dois anos seguintes ao segundo confinamento (i.e., apenas para lá de 2022). Este decréscimo nas despesas pode ser justificado com a redução do nível de atividade e diminuição do número de utentes apoiados, conforme referido por 513 OES (54%).

Num estudo recente que já procurava contribuir para o estudo do impacto da pandemia COVID-19 na ES, os autores Johnson et al. (2021) evidenciaram que durante o período pandémico algumas OES tiveram dificuldade em se financiar e foram mesmo obrigadas a suspender ou reduzir algumas atividades. O presente estudo corrobora esses dados ao revelar uma realidade em que as OES afirmam não ter condições para pagar por completo os ordenados aos seus empregados, manter os postos de trabalho ou continuarem capacitadas para honrar todos os seus compromissos.

Os resultados mostram que o contexto da pandemia e as restrições associadas ao segundo confinamento decretado em Portugal, ainda que associado a um pacote de estímulos e medidas de apoio à economia (Gomes, 2021), não conseguiu impedir que uma parte significativa do setor perdesse a capacidade para manter as prestações de serviços ou tivesse de reduzir de forma moderada ou drástica o seu nível de atividade. Não obstante esta situação, uma parte significativa das OES viu o número de utentes apoiados aumentar durante a pandemia. A literatura já tem vindo a debruçar-se sobre esta realidade noutros países, assinalando que a adesão a algumas das medidas criadas pelos governos são de difícil acesso devido à burocracia nos pedidos de apoio e o longo tempo de espera quanto às decisões de financiamento ou pagamento (Mamede et al., 2020), apesar da tentativa de simplificação dos processos durante a pandemia.

No âmbito do segundo objetivo, os resultados do estudo confirmaram que existe relação entre as fontes de financiamento destas organizações e a capacidade que as OES têm de se manterem em atividade. Nesta matéria, conclui-se que as OES onde o apoio do Estado representa a maior fonte de financiamento possuem uma maior capacidade de se manterem em atividade. Uma parte destas organizações referem ter conseguido manter os mesmos programas ou mesmo aumentado a sua atividade (243 OES). No sentido contrário encontram-se 63 OES em que as receitas próprias representam um maior peso que não continuaram a sua atividade e apenas 140 OES que mantiveram os mesmos programas ou aumentaram.

Franco et al. (2005) evidenciaram que a fonte de financiamento com mais peso nas OES portuguesas eram as receitas próprias, seguido do apoio do Estado e, por último, da filantropia com uma fraca relevância. O presente estudo vem relevar outra realidade, à semelhança do estudo dos autores Santos et al. (2014), ao demonstrar que o Estado é a fonte de financiamento com mais peso em 463 OES (49%), seguido das receitas próprias em 311 das OES (33%) e por último da filantropia em apenas 170 OES (18%). Assim, este setor continua a demonstrar uma forte dependência das OES em relação ao financiamento do Estado. No que se refere à diversidade de fontes de financiamento, o presente estudo revela também que há uma tendência maioritária de as OES não apostarem nesta estratégia de diversificação. Esta realidade já havia sido abordada em estudos anteriores, demonstrando a literatura que não aplicar uma estratégia de diversificação de fontes de financiamento pode conduzir ao surgimento de dificuldades e a uma maior hipótese de não cumprimento dos objetivos (Arik et al., 2016; Skandrani et al., 2021).

Analisando as estratégias que mais contribuíram para a manutenção dos recursos económicos e que visava dar resposta ao quarto objetivo, os resultados obtidos no presente estudo vêm corroborar os estudos de Maher et al. (2020) e Shi et al. (2020), onde ficou demonstrado que, apesar da instabilidade, as OES mostram vontade de se manterem em atividade. Para tal, as OES optaram por adaptar as suas estratégias e adotar novas medidas que lhes permitissem prosseguir com os seus objetivos. A maioria das OES do estudo optaram por medidas que não comprometem o número de utentes apoiados nem alteração do valor das suas mensalidades. As quatro medidas com maior expressão são: a candidatura a apoios governamentais ou de outras entidades, congelamento de despesas não essenciais e atrasar despesas de investimento que estavam previstas. Uma parte do setor referiu a venda de património como uma medida adotada, o que pode comprometer a capacidade das OES em cumprirem com a sua missão.

Numa ótica de sustentabilidade das organizações deste setor, a literatura anterior já se tinha debruçado sobre as ações das OES no que se refere à capacitação dos seus profissionais. Neste âmbito, Franco et al. (2005) verificaram que existia um número limitado de OES que apostavam em melhorar as suas capacidades de gestão para conseguirem cumprir a sua missão de forma eficiente. No entanto, Amador (2013) alertava para o facto de o Estado e a sociedade virem a pressionar as OES para que tenham um desempenho mais eficiente. Para dar resposta a esta exigência é necessário apostar na aquisição de novas competências que potenciem a criação de novas soluções inovadoras, como aliás a iniciativa pública Portugal Inovação Social veio

potenciar desde 2020 como demonstração deste eixo estratégico para o país. Em matéria de formação, as OES reconhecem no presente estudo lacunas na formação dos seus profissionais, em particular nas áreas de desenho e preparação de candidaturas a apoio financeiro, gestão estratégica, gestão de recursos humanos e liderança em tempos de crise. Muitas destas áreas de formação abrangem temas de contabilidade e finanças, em que as OES devem apostar para promover a sua sustentabilidade.

Efetuada uma comparação com o estudo feito pelos autores (Santos et al., 2021), referente ao período do primeiro confinamento, é possível verificar um agravamento nas condições de sustentabilidade destas OES de 2020 para 2021. No primeiro confinamento foi revelado que 11% das OES não conseguiu manter a atividade valor que subiu para 12% no decorrer do segundo confinamento, verifica-se também um aumento de 2% de OES que reduziram drástica ou moderadamente a atividade. No que concerne às candidaturas a apoio extraordinário mais 8% das OES recorreram ou pensam recorrer para fazer face às dificuldades sentidas.

Em geral, os resultados do presente estudo mostram um setor debilitado e eventualmente com uma maior necessidade de profissionalização dos recursos humanos destas organizações. Resulta ainda do estudo uma maior dificuldade em fazer previsões para o futuro e uma séria preocupação com a sustentabilidade do setor, em linha com o que Maher et al. (2020) também demonstraram ser a preocupação de organizações de outros setores. Estes autores revelaram existir um grau de incerteza quanto ao futuro, no setor público, tendo aqui sido adotadas estratégias de redução de despesas. No entanto, os autores apontam uma grande diferença entre o setor público e o setor da ES, no primeiro existe estabilidade financeira ao contrário da ES que apresenta perspetivas financeiras preocupantes.

Já Caldas et al. (2020) analisaram as consequências socioeconómicas da COVID-19, tendo revelado que o setor empresarial foi o mais exposto e suscetível à crise provocada pela pandemia. Também Manteu et al. (2020) mostraram que a pandemia causou um acentuado impacto negativo no volume de negócios das empresas portuguesas, tendo o estudo revelado que 60% das empresas mantinham em julho de 2020 um volume de negócios abaixo do normal, e ainda que mais de 50% das empresas não esperavam retomas até ao final de 2020. No mesmo sentido, Beatriz et al. (2020) observaram que as empresas do setor privado foram sujeitas a grandes mudanças negativas com a redução do número de funcionários, diminuição do nível de faturação e o adiamento de projetos de investimento, impactos semelhantes aos sentidos na ES, conforme demonstrado no presente estudo. As perspetivas apontadas pelos autores são bastante

negativas, concluindo que os setores de atividade com venda de bens não essenciais serão os que levarão mais tempo a recuperar por completo.

5. Conclusões

Existe ainda um elevado grau de incerteza quanto às consequências e dimensão do impacto da pandemia nas OES. Apesar do fim das restrições e regresso à atividade as fragilidades sentidas não vão desaparecer com a mesma rapidez com que surgiram.

É neste contexto que o presente estudo pretende obter respostas sobre o impacto financeiro da pandemia nas OES, no contexto do segundo confinamento. Os objetivos do estudo visam perceber:

- A situação financeira e capacidade de manutenção da atividade;
- Influência das fontes de financiamento na continuidade da atividade;
- Estratégias para a manutenção dos recursos económicos;
- Perceber se a profissionalização é um apoio para a sustentabilidade.

Os dados foram recolhidos através de inquérito enviado a 6.625 OES, tendo os seus emails sido recolhidos em *websites* de acesso público, através de um levantamento manual dos referidos *websites*. A recolha de dados decorreu entre 9 de fevereiro e 25 de março de 2021, que coincide com o período do segundo confinamento. Desta recolha foram obtidas um total de 944 respostas de OES sedeadas em todos os distritos do Continente e regiões autónomas.

O estudo desenvolvido contribui para compreender o impacto provocado pela pandemia COVID-19 nas OES. Os resultados obtidos mostram que a maioria das OES em Portugal sofreu um decréscimo nas suas receitas, o que levou ao encerramento completo de algumas atividades, incumprimento de compromissos assumidos, supressão salarial e mesmo despedimentos. Apesar dos esforços do Estado e dos apoios concedidos é perceptível que a maioria das OES diminuiu o número de pessoas apoiadas face ao período pré-pandemia. Para fazer face a estas dificuldades grande parte das OES assume recorrer a apoios financeiros extraordinários, ainda que muitas assegurem que não pretendem aceder aos apoios extraordinários decretados pelo Estado.

Grande parte das OES do estudo apresentam apenas uma fonte de financiamento sendo a mais predominante o apoio estatal. Nas OES onde o apoio estatal representa o maior peso nas

receitas, foi onde se pode verificar uma maior capacidade para se manterem em atividade. Para fazerem face aos desafios decorrentes deste contexto, as OES adotaram diferentes estratégias, sendo que são poucas as OES do estudo que comprometem o número de utentes apoiados.

No que se refere à formação dos recursos humanos, as OES referem que existem lacunas que se acentuaram com a pandemia. As áreas identificadas são preparação de candidaturas, gestão estratégica e de recursos humanos e liderança em tempos de crise. Esta é uma área a endereçar em futuras políticas públicas, aumentando o financiamento de cursos dirigidos aos profissionais deste setor, que enfrentam desafios particulares que merecem ser endereçados de forma personalizada.

5.1 Contributos

5.1.1 Contributos para a teoria

O estudo desenvolvido permite uma melhor compreensão sobre como reagiram as OES num contexto de pandemia, expondo algumas fragilidades já existentes, como a falta de profissionalização e fraca diversificação de fontes de financiamento, bem como expondo dificuldades na resposta às necessidades num contexto de crise. O presente estudo analisou a sustentabilidade não apenas na vertente meramente económico-financeira, mas também na vertente de Recursos Humanos.

Acrescenta conhecimento à literatura ao colmatar lacunas de informação sobre o impacto da pandemia na estabilidade financeira das OES, durante o segundo confinamento. O estudo incide sobre uma amostra maior que a estudada anteriormente, sendo um contributo importante para investigações futuras, sugeridas mais adiante no ponto 5.3, fornecendo uma base de comparação.

O estudo fornece um contributo para outros investigadores, ao fornecer informação sobre os efeitos da pandemia nas OES portuguesas bem como algumas das medidas adotadas pelas OES em Portugal, permitindo assim uma análise comparativa com estudos realizados em outros países. O estudo demonstra também o comportamento deste setor bem como as respostas que foram dados à comunidade durante o segundo confinamento.

5.1.2 Contributos para as políticas públicas

Muitas das OES foram obrigadas a adaptarem-se à atual situação pandémica e necessitaram de ser mais proactivas em encontrar alternativas para continuarem a chegar ao seu público e cumprirem com a sua missão. Uma das necessidades que resulta do presente estudo é a profissionalização dos recursos humanos que trabalham nas OES, impelindo o Estado e as organizações de ensino superior a criarem em conjunto ofertas personalizadas aos desafios de gestão das OES, sem que o esforço financeiro seja impeditivo da sua concretização. Os resultados do estudo apontam áreas muito específicas que compreendem matérias ligadas à gestão, contabilidade e finanças, entre outras.

Numa perspetiva de prevenção para futuras situações de emergência sanitária, importa que as OES tenham recursos humanos conhecedores de planos de contingência e protocolos de segurança que lhes permita responder de forma mais célere e eficaz numa situação semelhante no futuro. Também aqui o Estado pode ser essencial na definição de políticas e ações que dotem as OES com os equipamentos necessários, mas também promovam a cooperação entre instituições de ensino superior e mesmo com o Instituto de Emprego e Formação Profissional de forma a criar programas profissionalizantes neste setor. Esta união de esforços pode providenciar melhores respostas e rentabilizar os recursos disponíveis.

A recuperação da estabilidade financeira e retoma da atividade a 100% destas organizações depende, em grande parte, da atenção que o Governo e a Sociedade prestarem às necessidades das OES. É essencial repensar num novo modelo de funcionamento das OES, apostando na qualificação e na valorização dos seus recursos humanos, partilha de serviços comuns e numa lógica mais proactiva que permita uma maior sustentabilidade deste setor. É necessário que o Estado efetue mudanças na forma de financiamento e uma adequada resposta para possíveis situações semelhantes no futuro.

5.1.3 Contributos para os profissionais

Na perspetiva das OES, o presente estudo expõe fragilidades e fornece informação que lhes permite encontrar estratégias para que no futuro possam ter uma resposta mais rápida e eficiente em situações de crise. Por um lado, há agora informação abrangente sobre os desafios e estratégias que as OES têm sentido e adotado, podendo comparar a sua situação com o verificado no setor. Por outro, as conclusões do presente estudo vêm reavivar preocupações passadas que se acentuaram com o contexto da pandemia, nomeadamente no que concerne à

dependência financeira de fundos públicos e a mais-valia assente em estratégias de diversificação de fontes de financiamento, já há mais de uma década apontada na literatura. Numa perspetiva de financiamento, o contributo para a robustez financeira das OES passará também por melhorar o planeamento financeiro e organizacional para potenciar a viabilização do cumprimento dos seus objetivos e criar novas parcerias que lhes permita diminuir a dependência do financiamento público. Numa altura em que a população se encontra numa fase de introspeção e reavaliação das suas prioridades poderá ser o período ideal para que as OES apostem na realização de ações e eventos que lhes permitam captar novas receitas. Face às dificuldades financeiras das OES reveladas por este estudo, importa que estas organizações façam uma análise financeira para perceberem quais as áreas mais afetadas e programarem o futuro, podendo aqui apostar em inovar os seus sistemas de controlo financeiro, não só para uma análise mais rápida, intuitiva e ágil, mas que também facilite as tomadas de decisão.

Assim, a experiência da crise pandémica aqui revelada no contexto dos constrangimentos sentidos no segundo confinamento decretado em Portugal em 2021, oferece a oportunidade de aposta na mudança para algumas organizações no sentido da sustentabilidade, em particular no que respeita a ações que aumentem a visibilidade das OES e estimulem ações de atração de voluntários para que no futuro possam contar com uma maior rotatividade das equipas quando parte dos elementos não estejam disponíveis. A continuação da atividade poderá no futuro, como ocorreu desta vez, depender da adaptação das OES ao modelo de prestação de serviços à distância, o que desafia este setor a apostar no investimento em tecnologias de informação e digitalização de processos.

5.2 Limitações do Estudo

No presente estudo pretendeu-se ter uma visão abrangente de todo o território português, incluindo organizações de diferentes tipologias e dimensões. Apesar de se ter conseguido recolher respostas de OES de todas as regiões do país, a base de dados das OES a quem foi dirigido o questionário não é a global (mais de 71.000) devido à falta de bases de dados públicas que agreguem os dados de contacto de todas as OES. Assim, a amostra utilizada não será representativa de todo o setor, sendo, no entanto, mais expressiva de alguns distritos do país onde estão localizadas várias OES que responderam ao inquérito.

Por outro lado, o facto de não ter sido possível ter o conhecimento do número exato de OES que tiveram conhecimento e possibilidade de acesso ao link para o preenchimento do inquérito,

torna a taxa de resposta apurada pouco precisa, inviabilizando uma conclusão quanto a este dado, ainda que seja possível concluir que a taxa de resposta não tenha sido muito elevada. É, no entanto, superior a taxas obtidas por investigadores na ES em Portugal em anteriores estudos (Santos et al., 2014).

5.3 Oportunidades de investigação futura

Entretanto, o Estado tem vindo a aprovar novas medidas de apoio à ES, como seja os programas “Valorizar Social” e “Qualifica Social” (República Portuguesa, 2022), que vêm trazer novos instrumentos para as organizações e profissionais da ES. Futuros estudos que se debrucem sobre os avanços alcançados em consequência destes programas serão bem-vindos, em particular para compreender a eficácia dos mesmos em comparação com outros instrumentos anteriormente adotados, como sejam os apoios extraordinários disponibilizados durante a pandemia.

Após este segundo confinamento, endereçado no presente estudo, no final de 2021 e início de 2022 foi decretado um encerramento mais ligeiro, mas também impactante na economia portuguesa, pelo que o inquérito utilizado no presente estudo pode ser replicado no futuro para compreender o impacto destas medidas mais recentes.

Por fim, a abrangência do estudo não permite olhar para o detalhe das OES e das tipologias de projetos e diferentes dimensões, pelo que futuros estudos de caso que permitam fazer uma abordagem mais exploratória, mas personalizada ao contexto de algumas OES será necessário.

Bibliografia

- Almeida, V. (2005). A Lógica Sócio Económica do Terceiro Setor. *Interacções*, 8, 55–82.
- Amador, C. (2013). Sustentabilidade Financeira das Organizações da Economia Social: novas soluções socialmente inovadoras em época de crise. *IV Colóquio Internacional de Doutorandos/as Do CSE*, 1–18.
- Andrade, A., & Franco, R. (2007). *ECONOMIA DO CONHECIMENTO E ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS*.
- Arik, M., Clark, L. A., & Raffo, D. M. (2016). Strategic responses of non-profit organizations to the economic crisis. *Academy of Strategic Management Journal*, 15(1), 48–70. Retrieved from <http://web.b.ebscohost.com/ehost/detail/detail?sid=40fa0bcc-6172-413b-8260-ce1ba66bf441@sessionmgr101&vid=0&hid=118&bdata=JnNpdGU9ZWWhvc3QtbGl2ZS ZzY29wZT1zaXRl#db=plh&AN=116602912>.
- Barhate, B., Hirudayaraj, M., Gunasekara, N., Ibrahim, G., Alizadeh, A., & Abadi, M. (2021). Crisis Within a Crisis: Migrant Workers' Predicament During COVID-19 Lockdown and the Role of Non-profit Organizations in India. *Indian Journal of Human Development*, 15(1). Retrieved from <https://doi.org/10.1177/0973703021997624>.
- Barrot, J.-N., Grassi, B., & Sauvagnat, J. (2020). Estimating the Costs and Benefits of Mandated Business Closures in a Pandemic. *SSRN Electronic Journal*. Retrieved from <https://doi.org/10.2139/ssrn.3599482>.
- Beatriz, A. N. A., Oliveira, B., Vidal, F., Do, D. E. L., Siqueira, E. S., Moraes, E. D. E. S., Albano, D., Menezes, M. D. E., & Filho, V. S. (2020). *ISSN: 2359-1048 novembro 2020 COVID 19: GESTÃO DE CRISE EM TEMPOS DE PANDEMIA*.
- Caeiro, J. M. C. (2008). Economia social: conceitos, fundamentos e tipologia. *Revista Katálisis*, 11(1). Retrieved from <https://doi.org/10.1590/s1414-49802008000100006>.
- Caldas, J., Silva, A., & Cantante, F. (2020). *As consequências socioeconómicas da COVID-19 e a sua desigual distribuição*. 159. Retrieved from <https://colabor.pt/publicacoes/consequencias-socioeconomicas-covid19-desigual->

distribuicao/.

Carmo, H., & Ferreira, M. (2008). *Metodologia da Investigação*.

CASES. (2021). *CASES -Cooperativa António Sérgio para a Economia Social*.
<https://www.cases.pt/>.

CIRIEC. (2017). *Evolução recente da economia social na União Europeia SÍNTESE*.

Comissão Europeia. (2021). *Commission presents Action Plan to boost the social economy and create jobs*. Retrieved from <https://doi.org/10.2767/12083>.

Comité Económico e Social Europeu. (2017). *Evolução recente da economia social na União Europeia*. 1–30. Retrieved from <http://www.eesc.europa.eu/sites/default/files/files/qe-04-17-876-pt-n.pdf>

Deitrick, L., Tinkler, T., Young, E., & Beatty, B. (2020). Nonprofit sector response to COVID-19. *Nonprofit Sector Issues and Trends*, 4, 1–7. Retrieved from <https://digital.sandiego.edu/npi-npissues/4>

Estivill, J. (2017). Os primórdios da economia social em Portugal. Contributos de Ramón de la Sagra (II Parte). *Sociologia: Revista Da Faculdade de Letras Da Universidade Do Porto*, 34, 11–26. Retrieved from <https://doi.org/10.21747/08723419/soc34a1>.

Fernandes, José M. (2016). A Economia Social em Portugal. In G. D. P. P. E. D. P. EUROPEU (Ed.), *La Economía Social en Iberoamérica (vol. 2) – Un acercamiento a su realidad*.

Ferreira, S. (2009). As (re)construções estratégicas da ideia de uma economia social. *Le Monde Diplomatique - - Edição Portuguesa*, 4.

Franco, R. C., Sokolowski, S. W., Hairel, E. M. H., & Salamon, L. M. (2005). O Sector não Lucrativo Português numa Perspectiva Comparada. In *Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa & Johns Hopkins University*.

Garrido, Á. (2017). *DE ONDE VEM A ECONOMIA SOCIAL*.

Gates, B. (2020). The first modern pandemic | Pandemic I. *GatesNotes - The Blog of Bill Gates*.

- Gomes, P. (2021). Financial and non-financial responses to the Covid-19 pandemic: insights from Portugal and lessons for future. *Public Money and Management*. Retrieved from <https://doi.org/10.1080/09540962.2021.1880059>.
- Hespanha, P., & Santos, L. (2016). O nome e a coisa. Sobre a invisibilidade e a ausência de reconhecimento institucional da Economia Solidária em Portugal. *Revista de Economia Solidária*, January, 22–69. Retrieved from https://www.researchgate.net/profile/Pedro_Hespanha/publication/314841157.
- Instituto Nacional de Estatística. (2019). *Conta Satélite da Economia Social-2016*.
- Jeantet, T. (2009). *A Economia Social - Uma Alternativa ao Capitalismo* (C. OUTRO MODO, COOPERATIVA CULTURAL (ed.); 1ª EDIÇÃO).
- Johnson, A. F., Rauhaus, B. M., & Webb-Farley, K. (2021). The COVID-19 pandemic: a challenge for US nonprofits' financial stability. *Journal of Public Budgeting, Accounting and Financial Management*, 29(6), 33–46. Retrieved from <https://doi.org/10.1108/JPBAFM-06-2020-0076>
- Jones, C. (2021). The impact of the covid-19 pandemic on the third sector and carers in the UK. *International Journal of Care and Caring*, 5(3), 529–534. Retrieved from <https://doi.org/10.1332/239788221X16171137895838>
- Kim, M., & Mason, D. P. (2020). Are You Ready: Financial Management, Operating Reserves, and the Immediate Impact of COVID-19 on Nonprofits. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 49(6), 1191–1209. Retrieved from <https://doi.org/10.1177/0899764020964584>
- Lipsky, M., & Smith, S. R. (1989). Nonprofit Organizations, Government, and the Welfare State. *Political Science Quarterly*, 104(4), 625. Retrieved from <https://doi.org/10.2307/2151102>
- Maher, C. S., Hoang, T., & Hindery, A. (2020). Fiscal Responses to COVID-19: Evidence from Local Governments and Nonprofits. *Public Administration Review*, 80(4). Retrieved from <https://doi.org/10.1111/puar.13238>
- Mamede, R. P., Pereira, M., & Simões, A. (2020). Portugal: Uma análise rápida do impacto da

- COVID-19 na economia e no mercado de trabalho. *Organização Internacional Do Trabalho*, 1–26.
- Manteu, Cristina; Monteiro, Nuno; Sequeira, A. (2020). *O Impacto de curto prazo da Pandemia COVID-19 nas empresas portuguesas*.
- Minayo, M. C. de S., & Sanches, O. (1993). Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública*, 9(3), 237–248. Retrieved from <https://doi.org/10.1590/s0102-311x1993000300002>
- Navarro, A. M., & Climent, V. C. (2010). Emprendedurismo y economía social como mecanismos de inserción sociolaboral en tiempos de crisis. *REVESCO. Revista de Estudios Cooperativos*, 100, 43–67. Retrieved from <http://revistas.ucm.es/index.php/REVE/article/view/REVE1010130043A>
- Nunes, S. (2017). *Estatística Descritiva ESTATÍSTICA DESCRITIVA O que é a Estatística ?*
- OBESP. (2011). *A Economia Social: Conceito Proposto Pelo OBESP*. 1–10. http://www.cases.pt/0_content/actividades/obesp/OBESP_Conceito_de_Economia_social_09_DEZ_2011.pdf
- Oliveira, M., Sousa, M., Silva, R., & Santos, T. (2021). Strategy and human resources management in non-profit organizations: Its interaction with open innovation. *Journal of Open Innovation: Technology, Market, and Complexity*, 7(1), 1–20. Retrieved from <https://doi.org/10.3390/joitmc7010075>
- Pestana, M. H., & Gageiro, J. N. (2008). Análise de Dados para Ciências Sociais. A Complementaridade do SPSS. 6ª Edição Edição revista e aumentada. In *5ª Edição Revista E Corrigida*.
- Pitacas, J., & Reto, L. (2020). *a Economia Social Numa Visão Plural*. https://www.cases.pt/wp-content/uploads/2020/03/A-Economia-Social-numa-visão-plural_CIRIEC-PT_2020.pdf
- Proetti, S. (2018). As Pesquisas Qualitativa E Quantitativa Como Métodos De Investigação Científica: Um Estudo Comparativo E Objetivo. *Revista Lumen - ISSN: 2447-8717*, 2(4). Retrieved from <https://doi.org/10.32459/revistalumen.v2i4.60>

- Quintão, C. (2004). Terceiro Sector - Elementos para Referenciação Teórica e Conceptual. V *Congresso Português de Sociologia, 1979*, 11.
- Reichardt, C., & Cook, T. (1986). *Métodos cualitativos y cuantitativos en investigation evaluativa* (pp. 28–30).
- Lei n.º 30/2013 de 8 de maio da Assembleia da República, Pub. L. No. Diário da República, 1.ª série-N.º 88-8 de maio de 2013 2727-2728 (2013). www.dre.pt
- República Portuguesa, G. (2022). *Programa de formação «Valorizar Social»*.
- Salamon, L. M., Hairel, E., Sokolowski, S. W., & Franco, R. (2005). *The Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project*.
- Salamon, L. M., & Sokolowski, S. W. (2016a). Beyond Nonprofits: Re-conceptualizing the Third Sector. *Voluntas*, 27(4), 1515–1545. Retrieved from <https://doi.org/10.1007/s11266-016-9726-z>
- Salamon, L. M., & Sokolowski, W. (2016b). *The Size and Scope of the European Third Sector*. 13, 1–31.
- Sampaio, N. A. de S., Assumpção, A. R. P. de, & Fonseca, B. B. da. (2018a). Estatística Descritiva. *Estatística Descritiva*, 1–49. Retrieved from <https://doi.org/10.5935/978-85-93729-90-4.2018b001>
- Sampaio, N. A. de S., Assumpção, A. R. P. de, & Fonseca, B. B. da. (2018b). Estatística Inferencial. In *Estatística Inferencial* (Issue January). Retrieved from <https://doi.org/10.5935/978-85-7042-028-2.2018b001>
- Santos, M. C., Nunes, S., Dominginhos, P., Mourato, J., Mata, C., & Teixeira, N. M. (2021). *Financial Capacity During a Pandemic Crisis*. <https://doi.org/10.4018/978-1-7998-6643-5.ch004>
- Santos, M. R. ., & Laureano, R. M. S. (2021). *COVID-19-Related Studies of Nonprofit Management: A Critical Review and Research Agenda*. Retrieved from <https://doi.org/10.1007/s11266-021-00432-9>

- Santos, M. R. C., & Laureano, R. M. S. (2021). Developing a vulnerability-based conceptual model for managing risk in non-profit projects: a multicase study in a European country. *Public Management Review*. Retrieved from <https://doi.org/10.1080/14719037.2021.1972685>
- Santos, M. R. C., Laureano, R. M. S., & Machado, M. J. (2014). *Contabilidade de gestão no terceiro setor: estudo empírico em instituições particulares de solidariedade social* / *Management accounting in third sector: Empirical study in private social solidarity institutions*.
- Santos, M. R. C., Nunes, S., Dominginhos, P., Mourato, J., Mata, C., & Teixeira, N. M. (2021). Financial Capacity During a Pandemic Crisis: Insights From the Non-Profit Sector. *Handbook of Research on Financial Management During Economic Downturn and Recovery*, 59–76. Retrieved from <http://services.igi-global.com/resolvedoi/resolve.aspx?doi=10.4018/978-1-7998-6643-5%0Ahttp://services.igi-global.com/resolvedoi/resolve.aspx?doi=10.4018/978-1-7998-6643-5.ch004>.
- Shi, Y., Jang, H. S., Keyes, L., & Dicke, L. (2020). Nonprofit Service Continuity and Responses in the Pandemic: Disruptions, Ambiguity, Innovation, and Challenges. *Public Administration Review*, 80(5). Retrieved from <https://doi.org/10.1111/puar.13254>.
- Skandrani, H., Kooli, K., & Doudech, N. (2021). Inhibitors of non-for-profit organisations' activities and survival in a crisis context. *Qualitative Market Research*, 24(4), 521–554. Retrieved from <https://doi.org/10.1108/QMR-03-2020-0039>.

Anexos

Anexo 1 – Questionário enviado às OES

Fase 2 – COVID-19 na Economia Social

Conhecer a realidade das organizações da Economia Social em Portugal é essencial neste tempo de especial exigência para este setor. A fim de melhor compreender as necessidades das organizações da Economia Social durante a pandemia COVID-19, uma equipa de investigadores do IPS – Instituto Politécnico de Setúbal e do IPP – Instituto Politécnico de Portalegre está a desenvolver a 2ª fase de uma investigação académica para a qual pede a colaboração da vossa organização.

O questionário online **demora cerca de 7 minutos** a responder e estará disponível até ao próximo dia 15 de dezembro de 2020. As respostas de todas as organizações permitirão informar os decisores políticos, financiadores e comunicação social.

Todas as **respostas são confidenciais** e o inquérito é realizado anonimamente.

Os resultados serão apresentados num evento público e estarão disponíveis em formato relatório.

There are 26 questions in this survey.

*Indique há quantos anos a organização desenvolve a atividade?

Escolha uma das seguintes respostas

- ☐ 0-5
- ☐ 5-15
- ☐ 15-50
- ☐ Mais de 50

*Em que concelho a organização desenvolve a atividade?

(se for em mais do que um, indicar o mais significativo)

*Em média, quantos empregados tem a organização?

Escolha uma das seguintes respostas

- ☐ Até 10
- ☐ 10-49
- ☐ 50-249
- ☐ 250 ou mais

*Em média, quantos voluntários colaboram com a organização?

Escolha uma das seguintes respostas

- ☐ Até 10
- ☐ 10-49
- ☐ 50-249
- ☐ 250 ou mais

*Indique a forma legal da organização

➊ Escolha uma das seguintes respostas

- ☐ Associação
- ☐ Mutualidade
- ☐ Fundação
- ☐ Misericórdia
- ☐ ONG
- ☐ Cooperativa
- ☐ Outro:

*Tem estatuto de IPSS?



Sim



Não

*Qual o tipo de financiamento que mais pesa na receita da organização?

➋ Selecione todas as que se apliquem

- ☐ Contribuições do Estado
- ☐ Donativos privados
- ☐ Prestações de serviços

➌ Escolha mais do que uma opção caso hajam receitas com o mesmo peso

*Selecione a(s) área(s) de intervenção da organização.

➍ Selecione todas as que se apliquem

- ☐ Saúde
- ☐ Serviços sociais (habitação / abrigo, alimentação, emprego, eletricidade, gás e água)
- ☐ Apoio a pessoas com deficiência
- ☐ Apoio à pessoa idosa (lar, centro de dia, apoio domiciliário, centro de convívio)
- ☐ Acolhimento e apoio de adultos, crianças e jovens em risco
- ☐ Ação internacional
- ☐ Direitos humanos e desenvolvimento da comunidade
- ☐ Ativismo político e cívico
- ☐ Educação
- ☐ Juventude
- ☐ Desporto
- ☐ Bem-estar animal

- ☐ Artes, cultura e humanidades
- ☐ Ambiente
- ☐ Comissões e associações de moradores
- ☐ Religião

*Em que medida continua a organização a desenvolver os mesmos programas e prestar os mesmos serviços, durante a pandemia Covid-19?

📌 Escolha uma das seguintes respostas

- ☐ Mais do que é o normal
- ☐ Da mesma forma como sempre fizemos
- ☐ Com uma capacidade moderadamente reduzida
- ☐ Com uma capacidade drasticamente reduzida
- ☐ Não continuamos a atividade

*Em que medida o número de utentes apoiados pela organização tem variado, durante a pandemia Covid-19?

📌 Escolha uma das seguintes respostas

- ☐ Aumentou muito
- ☐ Aumentou um pouco
- ☐ Manteve-se igual
- ☐ Diminuiu um pouco
- ☐ Diminuiu muito

*Descreva que novas estratégias adotou a organização para enfrentar os desafios da pandemia

📌 Selecione todas as que se aplicarem

- ☐ Congelar despesas não essenciais
- ☐ Candidatar a apoios governamentais ou de outras entidades (p.e. fundações, empresas, outros)
- ☐ Atrasar despesas de investimento
- ☐ Atrasar despesas de manutenção
- ☐ Layoff ou licenças sem vencimento
- ☐ Aumentar a mensalidade dos utentes/clientes
- ☐ Encerrar serviços
- ☐ Restringir/diminuir número de utentes/clientes/beneficiários apoiados
- ☐ Venda de património
- ☐ Aumentar a produtividade
- ☐ Eliminar custos através de parcerias com outras entidades
- ☐ Adquirir equipamento através da cedência gratuita por parte de outras entidades
- ☐ Outra

*Se indicou alguma estratégia no ponto anterior, indique se tal estratégia implicou concertar esforços com entidades externas (p.e. entidades públicas, empresas, municípios, outros)

*A organização recorreu ou vai recorrer a algum apoio financeiro extraordinário? (p.e. lay-off simplificado, moratória de créditos, diferimento de impostos, fundos Portugal 2020)



Sim



Não

*As receitas da organização

Escolha uma das seguintes respostas

- ☐ Aumentaram
- ☐ Mantiveram-se
- ☐ Diminuíram

*A organização recebeu apoio financeiro extra de alguma entidade?

Escolha uma das seguintes respostas

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se sim, indique a entidade

*As despesas da organização

Escolha uma das seguintes respostas

- ☐ Aumentaram
- ☐ Mantiveram-se
- ☐ Diminuíram

*Assinale se a organização tem dificuldades de comunicação com as seguintes entidades

📌 Selecione todas as que se apliquem

☐ Serviços de Saúde

☐ Segurança Social

☐ Câmara Municipal

☐ Junta de freguesia

☐ Centro de emprego

☐ Proteção Civil

☐ Até ao momento não temos dificuldade de comunicação com estas entidade

☐ Outro:

*Que medidas as entidades referidas anteriormente podiam tomar para vos apoiar nos desafios da vossa organização?

*Descreva os maiores desafios a que estão a procurar dar resposta atualmente

*Identifique as áreas em que considera mais relevante a formação profissional dos trabalhadores da vossa organização

Selecione todas as que se aplicarem

- ☐ Gestão Financeira
- ☐ Gestão Estratégica
- ☐ Planeamento e Orçamentação
- ☐ Contabilidade e Fiscalidade
- ☐ Desenho e preparação de candidaturas a apoio financeiro
- ☐ Higiene e Segurança no Trabalho
- ☐ Tecnologias de Informação e Comunicação
- ☐ Gestão de recursos humanos
- ☐ Recrutamento e gestão de voluntários
- ☐ Desenho e gestão de projetos
- ☐ Desenho e gestão de ações de angariação de fundos
- ☐ Avaliação de Desempenho
- ☐ Línguas
- ☐ Marketing, Comunicação e Redes Sociais
- ☐ Liderança em tempos de crise
- ☐ Outro:

*Considera que as necessidades de formação que indicou acima se intensificaram com a crise pandémica?



Sim



Não

*Identifique se há alguma população que a vossa organização apoia/monitoriza que temam que esteja a ser esquecida/pouco apoiada no contexto da 2.ª vaga da pandemia covid-19.

*Indique o grau de concordância com as seguintes afirmações

	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo
A organização tem condições financeiras para manter a atividade nos próximos 3 meses	☐	☐	☐
A organização tem condições financeiras para continuar a pagar por completo as remunerações dos seus empregados	☐	☐	☐
A organização tem condições financeiras para manter todos os postos de trabalho	☐	☐	☐
A organização tem condições financeiras para honrar todos os seus compromissos	☐	☐	☐
A organização está confiante de que em 2021 retomará a atividade ao nível em que estava antes da pandemia	☐	☐	☐
A organização está confiante de que em 2022 retomará a atividade ao nível em que estava antes da pandemia	☐	☐	☐

*Indique a sua idade

📌 Neste campo só é possível introduzir números.

*Indique o seu cargo

📌 Escolha uma das seguintes respostas

- ☐ Presidente
- ☐ Diretor(a) técnico(a)
- ☐ Coordenador(a) técnico(a)
- ☐ Diretor(a)/gestor(a) de operações
- ☐ Diretor(a)/gestor(a) financeiro(a)
- ☐ Gestor(a) de projeto
- ☐ Outro:

Caso pretenda receber os resultados da investigação insira o seu e-mail

Anexo 2 – Quadro de questões e tipo de dados

Questão	Tipo de Dados
Indique há quantos anos a organização desenvolve a atividade?	Qualitativa ordinal (4 intervalos)
Em que concelho a organização desenvolve a atividade?	Não Estruturados (Questão Aberta)
Em média, quantos empregados tem a organização?	Qualitativa ordinal (4 intervalos)
Em média, quantos voluntário colaboram com a organização?	Qualitativa ordinal (4 intervalos)
Indique a forma legal da organização	Qualitativa nominal (7 Opções)
Tem estatuto de IPS?	Qualitativa nominal (dicotómica)
Qual o tipo de Financiamento que mais pesa na receita da organização?	Qualitativa nominal (3 Opções)
Selecione a (s) área (s) de intervenção da organização	Qualitativa nominal (16 Opções)
Em que medida continua a desenvolver os mesmos programas e prestar os mesmos serviços, durante a pandemia COVID-19?	Qualitativa nominal (5 Opções)
Em que medida o número de utentes apoiados pela organização tem variado, durante a pandemia COVID-19?	Qualitativa nominal (5 Opções)
Descreva que novas estratégias adotou a organização para enfrentar os desafios da pandemia	Qualitativa nominal (13 Opções)
Se indicou alguma estratégia no ponto anterior, indique se tal estratégia implicou concertar esforços com entidades externas (p.e. entidades públicas, empresas, municípios, outros)	Não Estruturados (Questão Aberta)
A organização recorreu ou vai recorrer a algum apoio financeiro extraordinário? (p.e. lay-off simplificado, moratória de créditos, diferimento de impostos, fundos Portugal 2020).	Qualitativa nominal (dicotómica)
As receitas da organização	Qualitativa nominal (3 Opções)
A organização recebeu apoio financeiro extra de alguma entidade?	Qualitativa nominal (dicotómica)
As despesas da organização	Qualitativa nominal (3 Opções)
Assinale se a organização tem dificuldades de comunicação com as seguintes entidades	Qualitativa nominal (8 Opções)
Que medidas as entidades referidas anteriormente podiam tomar para vos apoiar nos desafios da vossa organização?	Não Estruturados (Questão Aberta)
Descreva os maiores desafios a que estão a procurar dar resposta atualmente	Não Estruturados (Questão Aberta)
Identifique as áreas em que considera mais relevante a formação profissional dos trabalhadores da vossa organização	Qualitativa nominal (16 Opções)
Considera que as necessidades de formação que indicou acima se intensificaram com a crise pandémica?	Qualitativa nominal (dicotómica)
Identifique se há alguma população que a vossa organização apoia/ monitoriza que temam que esteja a ser esquecida/ pouco apoiada no contexto da 2ª vaga da pandemia COVID-19	Não Estruturados (Questão Aberta)
Indique o grau de Concordância com as seguintes afirmações	Qualitativa ordinal (escala Likert)
Indique a sua idade	Quantitativa contínua
Indique o seu cargo	Qualitativa nominal (7 Opções)

Anexo 3 - Respostas Analisadas de acordo com Objetivo

Questão	Caracterização da Amostra	Objetivo 1	Objetivo 2	Objetivo 3	Objetivo 4
Indique há quantos anos a organização desenvolve a atividade?	X				
Em que concelho a organização desenvolve a atividade?	X				
Em média, quantos empregados tem a organização?	X				
Em média, quantos voluntário colaboram com a organização?	X				
Indique a forma legal da organização	X				
Tem estatuto de IPS?	X				
Qual o tipo de Financiamento que mais pesa na receita da organização?		X	X		
Selecione a (s) área (s) de intervenção da organização	X				
Em que medida continua a desenvolver os mesmos programas e prestar os mesmos serviços, durante a pandemia COVID-19?		X	X		
Em que medida o número de utentes apoiados pela organização tem variado, durante a pandemia COVID-19?			X		
Descreva que novas estratégias adotou a organização para enfrentar os desafios da pandemia				X	
Se indicou alguma estratégia no ponto anterior, indique se tal estratégia implicou concertar esforços com entidades externas (p.e. entidades públicas, empresas, municípios, outros)					
A organização recorreu ou vai recorrer a algum apoio financeiro extraordinário? (p.e. lay-off simplificado, moratória de créditos, diferimento de impostos, fundos Portugal 2020).		X			
As receitas da organização		X			
A organização recebeu apoio financeiro extra de alguma entidade?		X			
As despesas da organização		X			
Assinale se a organização tem dificuldades de comunicação com as seguintes entidades			X		
Que medidas as entidades referidas anteriormente podiam tomar para vos apoiar nos desafios da vossa organização?					
Descreva os maiores desafios a que estão a procurar dar resposta atualmente					
Identifique as áreas em que considera mais relevante a formação profissional dos trabalhadores da vossa organização					X
Considera que as necessidades de formação que indicou acima se intensificaram com a crise pandémica?					X
Identifique se há alguma população que a vossa organização apoia/ monitoriza que temam que esteja a ser esquecida/ pouco apoiada no contexto da 2ª vaga da pandemia COVID-19					
Indique o grau de Concordância com as seguintes afirmações		X	X	X	
Indique a sua idade					
Indique o seu cargo					